

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Maria Aparecida Marques Vasconcelos

**ADOLESCÊNCIA E ESPAÇO: Um estudo sobre adolescentes com perfil de Trajetória
de Vida nas Ruas no cumprimento da medida socioeducativa de Semiliberdade**

Belo Horizonte

2016

MARIA APARECIDA MARQUES VASCONCELOS

ADOLESCÊNCIA E ESPAÇO: Um estudo sobre adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas no cumprimento da medida socioeducativa de Semiliberdade

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Jacqueline de Oliveira Moreira

Área de concentração: Processos Psicossociais

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

V331a	<p>Vasconcelos, Maria Aparecida Marques</p> <p>Adolescência e espaço: um estudo sobre adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade / Maria Aparecida Marques Vasconcelos. Belo Horizonte, 2016. 80 f. : il.</p> <p>Orientador: Jacqueline de Oliveira Moreira Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.</p> <p>1. Adolescência - Aspectos sociais. 2. Menores de rua. 3. Medida socioeducativa. 4. Delinqüência juvenil. I. Moreira, Jacqueline de Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 362.85</p>
-------	---

MARIA APARECIDA MARQUES VASCONCELOS

ADOLESCÊNCIA E ESPAÇO: Um estudo sobre adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas no cumprimento da medida socioeducativa de Semiliberdade

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Prof. Dr^a. Jacqueline de Oliveira Moreira (Orientadora)

Prof. Dr^a. Cristiane de Freitas Cunha (Banca Examinadora)

Prof. Dr^a. Maria Luísa Magalhães Nogueira (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2016

À Lúcia, Moisés, João, Luan e Sandra, pela trajetória inspiradora.

Para Marcel... O ponto de partida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, gratidão!

À minha irmã (e melhor amiga) Aninha, pela simples presença.

Ao Juan, meu companheiro, que me conquista cotidianamente com a sua alegria. Te ♥!

À minha orientadora Jac, pela parceria que me proporcionou tantas aprendizagens. Tenho muito a agradecer, mas em especial destaco a compreensão e a orientação cuidadosa.

Aos colegas da Semiliberdade, pela partilha das experiências. Aprendo muito com vocês!

Aos colegas do Núcleo Gerencial da SUASE, em especial à Carol, Marcelo, Marilene e Juliane, por toparem viverem comigo a experiência da Gestão. Estamos juntos!

À Giselle Cyrillo, cujo incentivo constante foi essencial para que eu não perdesse o prazer de pesquisar.

Abraço, carinhosamente, cada um de vocês e, agradeço mais uma vez, por partilharem comigo a alegria desta conquista!

O Mistério do Planeta¹

Os novos Baianos

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso,
Jogando meu corpo no mundo,
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas,
Passado, presente,
Participo sendo o mistério do planeta
O tríplice mistério do "stop"
Que eu passo por e sendo ele
No que fica em cada um,
No que sigo o meu caminho
E no ar que fez e assistiu
Abra um parênteses, não esqueça
Que independente disso
Eu não passo de um malandro,
De um moleque do Brasil
Que peço e dou esmolas,
Mas ando e penso sempre com mais de um,
Por isso ninguém vê minha sacola

¹ O mistério do planeta. Intérpretes: Novos Baianos. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972.

RESUMO

Esta pesquisa investigou os impactos subjetivos do cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade dos adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas - a semiliberdade é uma determinação judicial, prevista no artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Teve como objetivos, compreender como os adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas respondem à restrição de liberdade na semiliberdade; desenvolver o conceito de restrição de liberdade; compreender os impactos da semiliberdade na subjetividade do adolescente através da percepção de dois espaços diferentes – a casa e a rua, bem como compreender a influência do espaço nas relações afetivas e no enlaçamento social. O percurso teórico desta pesquisa partiu da Psicanálise e da Filosofia, pela necessidade de investigar as subjetivações e o significado de restrição de liberdade, passou pela Antropologia por meio de estudos que contemplam o indivíduo na sociedade e pelo diálogo da Arquitetura com a Geografia, através da busca pelo entendimento do sentido do espaço para os sujeitos investigados. Foram elencadas algumas categorias analíticas, tais como a relação do público estudado com o espaço, o corpo, o outro e as perspectivas futuras que constroem a partir de suas próprias experiências. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de caso, em que os procedimentos metodológicos incluíram a pesquisa bibliográfica e as entrevistas. As vivências dos adolescentes desta pesquisa tiveram pontos em comum e outros diferentes entre si, mas, de maneira geral, o estudo mostrou que a relação com o espaço, seja na casa ou na rua, é atravessada pelos movimentos de viração e circulação. Os relatos dos meninos e meninas mostraram que a viração não é apenas uma maneira de subsistência, mas de se posicionar diante do outro, para que o outro apareça como limite. E, por fim, a mãe, que aparece em todos os casos, inclusive referenciada na figura da avó, este estudo considerou a sua presença com tanta veemência, por ser a primeira morada destes meninos e meninas. Esta pesquisa não sugere a casa ou a família ideal, mas pretende contribuir para a ampliação das reflexões sobre a situação de rua, o atendimento dos adolescentes com este perfil nas políticas sociais e sobre a importância de decifrar o movimento destes meninos e meninas na cidade.

Palavras-chave: Adolescência. Trajetória de Vida nas Ruas. Espaço. Semiliberdade.

ABSTRACT

This research investigated the subjective impact of the fulfillment of adolescent's in semi – open socio-educational measure with life profile trajectory in the Streets - the semi-open is a court order to Article 120 of the Children and Adolescents Statute. These work has as a target the understand how adolescents with the profile trajectory in the Streets respond to restriction of freedom in semi-open; develop the concept of restriction of freedom; understand the impact in the semi-open on adolescent subjectivity through the perception of two different spaces - the house and the street as well to understand the influence of space in affective relationships and social bonding. The theoretical course of this research came from psychoanalysis and philosophy for the need to investigate the subjectivities and the meaning of restriction of freedom. Past through anthropology through studies that consider the individual in society and by the dialogue with the architecture and geography, through the search for understanding of the sense of space for the subjects investigated. Some analytical categories where listed such as the study of the public relation with the space, the body, the other and the future prospects that build from their own experiences. This was a qualitative study, characterized as a case study, in which the methodological procedures included the literature research and the interviews. The experiences of the adolescents in this study had common points and other different, but in general, the study showed that the relationship with space, whether in the home or on the street is crossed by the turning and circulation movements. The reports of the boys and girls showed that the turning is not only a way of living, but to stand on the front of the other, so for the other to appear as a limit. And finally, the mother, who appears in all cases, including referenced in the figure of the grandmother, this study considered their presence so strongly, for being the first home for these boys and girls. This research does not suggest the home or the ideal family, but aims to contribute to the reflections expansion of the situation on the streets, the care of adolescents with this profile in social policies and the importance of deciphering the movement of these boys and girls in the city.

Keywords: Adolescent. life profile trajectory in the Streets. Space. Semi-open.

SUMÁRIO

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	9
CAPÍTULO I – SOBRE OS MENINOS E AS MENINAS DA PESQUISA: Da rua à casa de semiliberdade	15
1.1 Lúcia, 15 anos	17
1.2 Luan, 16 anos.....	19
1.3 Moisés, 16 anos	20
1.4 João, 13 anos.....	21
1.5 Sandra, 18 anos	22
CAPÍTULO II – PASSADO, PRESENTE, PARTICIPO SENDO O MISTÉRIO DO PLANETA: Sobre a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil	24
2.1 As três fases no atendimento e atenção à criança e ao adolescente no Brasil.....	25
2.2 A implementação das políticas de atendimento: dinâmicas de inclusão e exclusão	30
2.3 Criança e adolescente – sujeitos de direitos: o nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente	32
CAPÍTULO III – A CASA É SUA?	35
3.1 Adolescências.....	39
3.2 Semi-privação ou semi-liberdade? – Um percurso pelo conceito de “restrição de liberdade”	44
3.3 En Un Hotel de Mil Estrellas	50
3.4 No olho da rua	54
CAPÍTULO IV – ADOLESCÊNCIA E ESPAÇO EM ANÁLISE	60
4.1 Casa e rua - A relação dos adolescentes com o espaço	61
4.2 Corpo: Dinâmica e movimentação	66
4.3 O outro na casa e na rua	68
4.4 O futuro na fronteira	71
NOTAS FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Em 2010, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, chegou para o atendimento inicial, na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o adolescente Marcel. Naquela ocasião, compareceu acompanhado de um educador do Centro de Passagem onde estava. Marcel chegou assustado, arredio e perguntou: “*se vocês gostarem de mim vocês ficam comigo?*” (sic).

Foram meses de acompanhamento para uma determinação judicial de 06 meses/ 04 horas semanais. Marcel queria ser ouvido, compreender o seu tempo foi essencial para cumprir o tempo da justiça. O adolescente contava da rua, dizia que passava dias na viração².

Em sua trajetória de vida nas ruas, Marcel buscava encontrar a mãe (que deixou o marido e os filhos para morar com o amante) e meios de sobrevivência. Furtava celulares, relógios, dinheiro e pedia comida na Savassi (bairro da região sul de Belo Horizonte), por acreditar que os lanches de lá eram muito mais gostosos. Conhecia a cidade como a palma da sua mão, sempre suja e calejada pela dura vida nas ruas.

Mediante o desamparo por parte desta mãe, Marcel intensificou o uso de drogas, com isto, aquele menino que a princípio acessou o serviço em busca de um lugar para falar acerca de suas angústias, tornou-se um sujeito apático, sujo e sem vida, que se colocava sempre em situações de risco, se tornando ameaçado nas ruas. Nas oficinas desejava e procurava a morte, nos seus desenhos artísticos feitos na oficina de arte, colocava-se como um objeto que poderia ser manipulado da forma como a sociedade quisesse. (MOURÃO & VASCONCELOS, p. 133-134).

A presente pesquisa nasceu da história de Marcel, na experiência de trabalho na medida socioeducativa de PSC, e das diversas interrogações que ocupavam os meus pensamentos, logo que iniciei o trabalho na Semiliberdade, em junho de 2013. Quando cheguei à Gerência da Medida de Semiliberdade na Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), ao percorrer pelas casas de semiliberdade, encontrei vários

² Segundo a antropóloga Filomena Gregori (2000), viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego, etc (GREGORI, 2000).

meninos e meninas como Marcel e, o desejo de pesquisar o fenômeno “situação de rua” se fortaleceu, já não cabia mais dentro de mim. Decidi fazer isto no mestrado.

Não acredito que um pesquisador tenha todas as suas perguntas respondidas. São elas que te motivam a ler, pesquisar, correr atrás... Investigar! E ainda que se tenha as questões “supostamente” respondidas, acredito que o desejo de saber é como uma sede nos tempos secos... Nunca passa. Então beber da fonte que sacia a sede é uma tentativa, porque a sede pode não passar.

Esta pesquisa significa a tentativa de compreender como os adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas respondem à restrição de liberdade na medida socioeducativa de Semiliberdade, uma vez que habitam um espaço amplo (a rua) e passarão a responder a partir de uma restrição do espaço (a casa). Tendo como foco a relação destes adolescentes com o espaço, o outro e o seu próprio corpo, eis o objeto de pesquisa: quais são os impactos da semiliberdade na subjetividade do adolescente através da percepção de dois espaços diferentes – a casa e a rua.

Nas idas às casas descobri que os adolescentes que fazem da rua seu espaço de moradia e de ordenação de sua identidade são considerados desafios para as medidas socioeducativas, sobretudo para a semiliberdade, justamente pela restrição de liberdade.

As ações socioeducativas desenvolvidas na semiliberdade preveem que os adolescentes tenham atividades externas a casa, podendo circular pela comunidade acessando seus equipamentos públicos.

Sem colocá-los na posição de exceção, mas analisando as especificidades dos adolescentes com trajetória de vida nas ruas e em conflito com a lei, esta pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de investigar os impactos da restrição de liberdade em meninos e meninas com este perfil. O tema surgiu da experiência de trabalho no acompanhamento dos casos na medida socioeducativa de semiliberdade, onde foi possível perceber que, ao chegarem às casas, os adolescentes se deparavam com impasses e possibilidades naquele espaço. Impressões estas compartilhadas pelos profissionais que atuam diretamente com os adolescentes; corpo diretivo (diretor geral e diretor de segurança), equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais, advogados, terapeutas ocupacionais e pedagogos) e os agentes socioeducativos.

Ao dialogar com os profissionais, percebi um conhecimento proveniente do senso comum, sobre como seria a vida desses adolescentes na rua. Sabe-se que o acesso destes às políticas sociais é precário e muitas vezes se dá por meio da aplicação de uma medida

judicial, seja ela protetiva³ ou socioeducativa. As equipes apresentavam como impasse o acompanhamento destes adolescentes, ao perceberem as dificuldades em estabelecerem um laço com a medida socioeducativa, inclusive com as regras, necessárias para organizar o cumprimento da semiliberdade e a vida na casa. De acordo com estes profissionais, grande parte deste público apresentava dificuldades em lidar com a restrição de liberdade, outro ponto relatado é que muitos abandonavam a semiliberdade. No cumprimento desta medida há uma decisão que se toma a cada saída da casa; voltar. E para um adolescente que possui impressa no corpo e na subjetividade a rua como constituição da sua história, como decidir sair da rua para voltar a uma casa?

Outra interrogação era a restrição de liberdade. O que era, afinal de contas, estar restrito? Se não é privação, então, o que pode ser? Aprendi com a prática que a semiliberdade é uma medida desafiante. Já escutei de muitos profissionais, “*que é a mais difícil de ser cumprida*” (sic). A lógica da semiliberdade passa pelo contato constante com a liberdade, o dentro e o fora conversam e estão diretamente ligados... Conectam-se. Há uma intercessão entre a privação e o estar livre. (Semi)liberdade ou (Semi)privação?

Trata-se de um trabalho que desenvolveu o conceito-ferramenta “restrição de liberdade”, até então pouco trabalhado na literatura sobre o assunto. Esta pesquisa operou no mesmo sentido em que Deleuze e Foucault (1979) falam da teoria como caixa de ferramentas: precisa servir, funcionar, colocar algo em movimento. Um trabalho que pode produzir sentido no fazer e que pode chegar como questionador da estática.

A prática na semiliberdade mostrou que esses adolescentes, quando acautelados nas casas, elegem técnicos e agentes socioeducativos como referências familiares, transformando o espaço socioeducativo em um lar. Esta é apenas uma hipótese inicial, identificada a partir de uma práxis e foi um dos pontos aprofundados nesta pesquisa: a influência do espaço nas relações afetivas e no enlaçamento social. Considerando que a medida socioeducativa de semiliberdade pressupõe a responsabilidade compartilhada, foi necessário incluir na pesquisa a investigação dos casos em que há uma fragilidade nos vínculos familiares, ou seja, existem adolescentes entrevistados que possuem familiares, no entanto, estes não se constituem enquanto responsáveis legais. Embora a ida para a rua se dê a partir de uma ruptura drástica, como afirma Ferreira (2001), esta pesquisa também contou com a participação de adolescentes que ainda possuem referências que respondem junto a eles a medida judicial.

³ Conforme art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/1990.

O levantamento teórico foi o ponto de partida desta pesquisa, uma vez que o entendimento de conceitos que envolvem o tema proposto foi imprescindível para a preparação do campo de pesquisa: a escolha dos casos. A interlocução da pesquisa teórica com os dados levantados significou o caminho para a produção de um trabalho que poderá orientar operadores das políticas de atendimento ao adolescente.

A complexidade do tema desta pesquisa exigiu a interlocução com outras áreas do saber. Diante da investigação proposta, teve como base contribuições provindas da Antropologia, Geografia, Psicanálise, Filosofia e Psicologia Social.

Da Antropologia, recorri a estudos que contemplam o indivíduo na sociedade. Foram utilizados trabalhos de autores tais como Maria Filomena Gregori (2000) e Roberto da Matta (1991), que discorrem sobre a relação dos indivíduos entre si e os modos como se apresentam para a sociedade, com ideias que vêm ao encontro do cenário, berço deste estudo - Belo Horizonte. A partir das contribuições destes autores, investiguei a relação casa/rua, que pelos autores trabalhados é apresentada como uma contradição. Roberto da Matta (1991) se refere ao tempo e ao espaço como invenções sociais e afirma que o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço do chão do outro. Mas nada é tão simples assim e o próprio autor reconhece que é preciso explicar de que modo as separações são feitas.

O percurso teórico desta pesquisa passou pela Geografia, buscando compreender através de algumas produções desta área do conhecimento o sentido do espaço para os indivíduos. A principal referência foi Milton Santos e suas elaborações teóricas desenvolvidas a partir da década de 70, sobre o sentido do espaço e a força do lugar.

Pela necessidade de desenvolver o conceito “restrição de liberdade”, o caminho teórico passou pela Filosofia e para investigar as consequências subjetivas de uma medida socioeducativa que pressupõe restrição de liberdade é que esta pesquisa trouxe a Psicanálise como um embasamento teórico primordial para compreendermos a função dos espaços na constituição do sujeito. De acordo com Ferreira (2001), na rua são depositadas as perdas causadas pelas exclusões e a ausência (ou precariedade) dos recursos de proteção construídos pela cultura. A autora ainda se refere a esta vulnerabilidade de recursos simbólicos como um vazio sem borda, o que provoca um excesso no qual o sujeito não consegue se abster. O caminho teórico a seguir passa por textos de Freud e de outras referências que orientarão a interpretação psicanalítica da temática proposta no projeto: Rassial (1997), Éric Laurent (2007), Philippe Lacadée (2011), Mário Elkin Ramirez (2007) e Contardo Calligaris (2000).

É importante considerar que tal pesquisa teve como pano de fundo uma política pública; a medida socioeducativa de semiliberdade. Diante da necessidade de se buscar a compreensão de conceitos que perpassam a relação - políticas públicas e adolescentes com trajetória de vida nas ruas e em conflito com a lei, esta pesquisa buscou na Psicologia Social, contribuições sobre os conceitos de cidadania e exclusão, além do sentido histórico da expressão “menor”, através de uma importante passagem pela história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

A natureza desta pesquisa é qualitativa e o seu formato é o estudo de caso, em razão das características baseadas em Laville & Dionne (1999) e em Minayo (2002). Minayo (2002) define a pesquisa qualitativa como um método que se preocupa com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, mas capaz de responder a questões subjetivas. Segundo a autora;

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Outra característica desta pesquisa foi o envolvimento em experiências reais, através do estudo de caso, sendo ele pensado como método e desenvolvido nesta pesquisa com elementos que orientam teoricamente a construção do caso clínico.

O estudo de caso, como propõe Laville e Dionne (1999), é uma estratégia de pesquisa, que trás a possibilidade de aprofundar nos elementos imprevistos, detalhes, sobretudo às particularidades, e que permite precisar os conhecimentos adquiridos com o desenvolvimento da investigação. Sabemos que em outros discursos, a palavra “caso” assume sentidos diferentes. Na Psicanálise, Nasio (2001) define o caso como o relato de uma experiência singular, um texto escrito para ser lido e discutido, que põe em cena uma situação clínica que ilustra uma elaboração teórica. “*A pintura viva de um pensamento abstrato.*” (NASIO, 2001, p. 12).

Becker (1999) afirma que o estudo de caso tem como objetivo compreender o comportamento de um determinado grupo ou indivíduo. No entanto, parece utópico alcançar tal objetivo em uma pesquisa, partindo de uma visão única, neste sentido é que o estudo de caso precisa lidar com uma variedade de problemas teóricos e descritivos. Isto significa que para este método é importante ressaltar a junção de dois pontos: a coleta de dados (sobretudo

os registros do pesquisador) e a análise a partir de uma linha teórica, o que irá dar ao estudo de caso relevância científica.

As entrevistas individuais foram o recurso metodológico que compôs o estudo de caso, importante instrumento para a realização desta pesquisa qualitativa, onde foi possível obter dados objetivos e subjetivos. Foi através delas que busquei obter informações contidas nas falas, o que não significou uma conversa despreziosa e neutra, mas, uma conversa a dois com propósitos bem definidos (MINAYO, 2002).

Foram entrevistados 05 adolescentes, na faixa etária entre 12 e 18 anos, com perfil de trajetória de vida nas ruas e em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade em Belo Horizonte. Sendo 03 meninos e 02 meninas, uma das adolescentes entrevistadas estava em cumprimento da medida de internação, por um ato cometido dentro da casa de semiliberdade, e a outra, chegou à maioridade durante o cumprimento da medida.

As entrevistas foram realizadas nas salas de atendimento das unidades. Os adolescentes estavam cientes do trabalho e assinaram um Termo de Assentimento, autorizando a participação. Foi importante perceber como é para cada indivíduo resgatar a sua história. Ora aparecia um embaraço, ora uma dificuldade temporal de organizar os fatos. Mas para todos, a vivência na rua foi interrompida com o início do cumprimento da medida judicial, e a rua, sempre aparecia no tempo passado, como uma lembrança e não mais como parte do presente de cada um. Os relatos foram gravados, ouvidos e em uma segunda escuta pausada, realizada as transcrições.

A reflexão feita a partir da pesquisa teórica e da análise das entrevistas determinou o alcance dos objetivos propostos – eis o motivo da escolha do formato metodológico.

CAPÍTULO I – SOBRE OS MENINOS E AS MENINAS DA PESQUISA: Da rua à casa de semiliberdade

A escolha inicial dos sujeitos para esta pesquisa partiu da busca dos casos por um sistema de gestão da informação da SUASE – o SIAME⁴, onde é possível filtrar listagens traçando perfis. Ao pesquisar adolescentes com trajetória de vida nas ruas, poucos casos foram encontrados. Esta busca inicial trouxe um ponto de reflexão: identificar estes adolescentes não era algo tão simples assim. Para as equipes, o preenchimento dos dados no SIAME ocorre, muitas vezes, no acolhimento inicial e há situações em que as informações se confirmam nos demais atendimentos. Neste sentido, as visitas às casas foram o ponto crucial para identificar, junto às equipes, os adolescentes para a participação na pesquisa.

A metodologia desta pesquisa foi elaborada a partir do estudo de caso, à luz de contribuições teóricas acerca da construção do caso clínico, e as entrevistas fizeram parte desta composição. Para tanto, foi definido que 05 adolescentes, entre 12 e 17 anos, seriam entrevistados. Mas durante o processo, Sandra, uma das adolescentes, completou 18 anos e Lúcia, recebeu a medida de internação. A pergunta então surge: permanecemos com as meninas? Claro! No caso de Sandra, nos pareceu um dado significativo chegar à maioridade no cumprimento de uma medida socioeducativa, além de outros pontos que perpassavam a sua história, como a gravidez. O bebê de Sandra nasceu durante o tempo em que esteve na medida de semiliberdade. E no caso de Lúcia, a internação é aplicada devido ao ato cometido dentro da casa de semiliberdade. Estas eram questões que precisavam ser ouvidas, uma vez que a pesquisa envolveu adolescência e espaço.

Inicialmente, também foi previsto o estudo dos prontuários dos adolescentes, como a leitura do Plano Individual de Atendimento (PIA)⁵ e da sentença que determinava a aplicação da medida de semiliberdade. Isto também mudou. A pesquisa documental poderia nos trazer outras perspectivas e a intenção da pesquisa era ouvir o que os adolescentes tinham a dizer sobre sua própria história, já que o processo para construção de um caso é democrático e cada um dos participantes da pesquisa se torna os protagonistas (VIGANÒ, 2010).

⁴ Sistema de Informação do Atendimento às Medidas Socioeducativas. Contém o registro das informações desde a entrada do adolescente no sistema socioeducativo até o seu desligamento.

⁵ Instrumento metodológico, previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 12.594/2012), que possui um conjunto de propostas de intervenção articuladas pela equipe de atendimento na medida socioeducativa, com a participação do adolescente e de sua família.

Esta pesquisa considerou no estudo de caso, o que a Psicanálise nos ensina sobre a prática da construção do caso, que segundo Viganò (2010), se fundamenta na elaboração dinâmica de um saber cujo foco é o sujeito e introduz uma perspectiva diferente da formalização empírica idealizada pela ciência positivista, que exclui o sujeito em favor da objetividade e da universalidade.

Na construção do caso clínico, Viganò (2010) trás a investigação clínica, sempre associada à terapêutica e à teorização sobre o psíquico. De acordo com o autor, Freud demonstrou isso através do estudo de casos que se tornaram paradigmáticos e influenciaram de forma decisiva a produção de seu arcabouço teórico. Um caso pode mudar os rumos de uma política!

Construção é diferente de interpretação, por exemplo. A construção é um arranjo dos elementos do discurso visando a uma conduta; a interpretação é pontual visando a um sentido. Eis uma primeira diferença. A finalidade da construção deve ser justamente a de partilhar determinados elementos de cada caso em um trabalho conjunto, o que seria impossível na via da interpretação. Assim, a construção pode ser um método clínico de maior alcance. O outro termo, caso, se refere ao latim cadere, que quer dizer “cair”. Segundo Viganò (1999, p. 51): “... ir para fora de uma regulação simbólica; encontro direto com o real, com aquilo que não é dizível, portanto impossível de ser suportado”. (FIGUEIREDO, p. 78-79, 2004).

Neste capítulo apresento os meninos e meninas que contribuíram com esta pesquisa, a partir de um recorte de cada caso. Para preservar a identidade dos participantes, utilizei na pesquisa os nomes fictícios “Lúcia, Luan, João, Moisés e Sandra”, para trazer ao trabalho suas experiências na cidade e na medida de semiliberdade. O discurso dos adolescentes entrevistados aparece não somente aqui, mas também na análise dos dados e nos vários momentos em que se faz necessário pôr teoria e prática para conversar. Sem a intenção de reduzir as falas a uma teorização formal, e nem mesmo a uma elaboração de saber das dificuldades relatadas por cada adolescente. Afinal, não nos compete avaliar se viver na rua é bom ou ruim e nem mesmo se o ideal é estar em uma casa. A questão está em colocar em jogo os significantes do sujeito, as sensações, produções e experiências, que poderão nortear os rumos desta pesquisa. “*Enfim, uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em Psicanálise*” (FIGUEIREDO, p. 80, 2004).

1.1 Lúcia, 15 anos

“Meu nome é Lúcia, tenho 15 anos. Vou contar um pouco sobre minha história de vida. Eu morava com minha mãe, minha mãe é dependente química, ela usa droga. Minha avó teve um dia que veio aqui, ela morava em Ipanema, aí eu decidi ir morar com ela. E minha avó também usava droga, e morreu, aí eu decidi entrar na vida do crime. Entrei na vida do crime e minha mãe aprontou na favela onde a gente morava e teve que sair de lá, não podia ir lá. E eu não tinha aonde ficar, tive que morar na rua. E eu tenho quatro irmãos, cinco comigo. Os dois mais novo tava no abrigo. E eu, como não podia ir pro abrigo, tinha que ficar com alguém da família. E como minha tia não me aceitou, tive que ir pra rua” (sic).

Lúcia relatou que moravam ela, sua mãe e mais quatro irmãos. Devido à dependência química de sua genitora, passou a morar com a sua avó. Mas segundo a adolescente, a avó também era usuária de drogas, vindo a falecer, o que a fez, junto com os irmãos, voltar a residir com a mãe. Neste momento, decidiu entrar para a vida do crime.

Segundo Lúcia, a mãe “*aprontou*” (sic) na favela onde moravam, por isto teve que sair de lá, então não tiveram onde ficar. Os dois irmãos mais novos foram para o abrigo e como ela não pôde ser admitida no acolhimento institucional, deveria então residir com alguém da família, como uma tia não a aceitou, passou a morar na rua. Lúcia tinha 13 anos quando iniciou a sua Trajetória de Vida nas Ruas.

A adolescente contou que na rua intensificou o uso de drogas, passou fome, dormia em um papelão e sempre estava com o corpo sujo. A menina tinha medo da rua, medo de dormir e alguém fazer algo com ela. A rua, para Lúcia, não inspirava confiança. *“Eu tinha 13 anos, morei na rua por um tempo, comecei a usar muita droga, pó, loló e esse tipo de droga, e fiquei suja na rua, passava fome” (sic).*

Lúcia falou da sensação de morar na rua e chama atenção um determinado momento da conversa em que ela não se refere à rua como um lugar ao afirmar *“(...) eu ficava pensando “não tem lugar onde eu ficar”*. A palavra da adolescente abre para uma questão: a rua não é um lugar?

E mesmo relacionando a ida para as ruas à idade de 13 anos, ela narra uma cena que viveu com a mãe na rua, e que segundo ela, aconteceu quando ainda era um bebê.

“(...) quando eu era novinha, bebezinha... minha mãe morava na rua comigo, e eu... ela me contou... que quando ela morava perto do viaduto eu quase caí no viaduto, eu era muito novinha e ela tinha me perdido, e eu tava quase caindo do viaduto, ela me achou e eu tava na beirada do viaduto já, graças a Deus que eu não caí” (sic).

Segundo ela, conheceu uma jovem na rua, com quem foi morar. Mas com o passar do tempo, começaram as cobranças e Lúcia, ouvia diariamente, que vivia à custa dela, por não trabalhar, isto a fez voltar a viver na rua. A adolescente cometeu um ato infracional e foi para uma unidade de internação provisória feminina, onde permaneceu durante alguns dias sem notícias da mãe. Até que um dia, durante uma ligação telefônica para uma tia, descobriu que a sua genitora estava hospitalizada, em estado grave.

“E nisso eu fiquei muito preocupada e falei: minha vida tinha acabado. Não acreditava em ninguém, falei que pra mim tudo tinha acabado, que minha avó já se foi, minha mãe tava no mundo da droga, não tenho meus irmãos perto de mim. E falei: a partir de hoje vou começar a roubar, traficar e matar. Isso vai ser minha vida” (sic).

O abandono é uma marca na história de Lúcia. Durante toda a entrevista, ela afirmou diversas vezes que gostaria de estar com a mãe e de oferecê-la abrigo, cada vez que relatava sobre os reencontros e desencontros com a genitora. A adolescente permaneceu um tempo significativo nas ruas (mas não conseguiu mensurar este tempo) e as atuações infracionais a fizeram receber a medida de semiliberdade que, segundo a adolescente, foi determinada por um roubo.

“(...) na vez que eu robei, fui pra Semi, eu tava visitando minha mãe na rua, tava indo ver ela na rua, porque na semiliberdade todos os adolescentes ia pra casa, e quem não tem casa tem que ficar lá, e tem um passeio também. E eu tinha mãe, e como eu tinha família só que não tinha lugar pra ficar, todo dia no final de semana eu ia ver minha mãe na rua” (sic).

Lúcia contou da experiência de viver em uma casa. Contou que a mãe tinha uma casa e que esta foi trocada por drogas, com isto, mais uma vez, todos foram morar na rua e os irmãos mais novos encaminhados para um abrigo. Após o início do cumprimento da semiliberdade, mais uma vez a sua genitora recebe auxílio de uma liderança comunitária, que a oferta um barracão para morar com Lúcia.

A adolescente apresentou com detalhes a sua experiência de vida nas ruas. Ela contou de uma situação em que a mãe corta o seu cabelo como o de um homem e vende, segundo ela, *“meu cabelo batia na bunda” (sic)*, completou dizendo que a venda foi para comprar drogas e que a mãe já havia vendido, além da casa e dos cabelos da filha, objetos para sustentar o uso de drogas.

“Vendeu! Tenho uma boneca até hoje, que ela me deu no dia que ela cortou o meu cabelo, ela comprou uma boneca e eu, tinha 12 anos, até hoje eu tenho essa boneca, uma barbinha de plástico. Aí ela cortou meu cabelo... Ela pegava as coisas dentro de casa pra vender, pra fumar droga. Teve um dia que minha mãe achou uma droga na rua e usou, só que ela não sabia de quem que era. Uma pessoa viu e falou pro traficante, aí o traficante invadiu lá em casa e colocou um revólver na cara da minha mãe, aí eu entrei e falei “não mata minha mãe, que se mata minha mãe tem que me matar primeiro” (sic).

Lúcia relatou sobre como é estar na casa de semiliberdade. Contou das regras, da rotina e das visitas à mãe (as visitas que ocorreram enquanto a genitora esteve na rua). Disse da difícil decisão de voltar para a semiliberdade após cada reencontro com a mãe. *“(...) pior coisa é você ir pra sua casa final de semana e não poder ficar com a sua mãe dia de sábado e domingo... ter que voltar pra aquele lugar” (sic).*

1.2 Luan, 16 anos

“Eu sou o Luan, eu vou mandando essa daqui, agora eu estou querendo no sapatinho... Pode crer, se liga mano, eu tô boladão é aqui, tô querendo sair daqui... é logo meu irmão. Eu quero ver todo mundo, é logo então. Vou mandando que eu tô boladão, eu tô querendo sair daqui. Isso aqui não é vida pra nem outro, nem sou eu. E pode crer e pode dá, a minha rima eu vou mandar. Eu sou o Luan e vim aqui representar” (cantando/rimando).

O adolescente chegou agitado para a entrevista. Interrompemos a conversa algumas vezes porque ele pedia para ouvir a gravação. Se apresentou com a música e disse ter 16 anos. Estava inquieto e dizendo do interesse em sair da casa de semiliberdade. Sobre a experiência na rua, contou que permaneceu por dois anos, período este em que disse ter feito muito uso de drogas e praticado furtos.

Luan contou que sempre morou com a avó. Quando perguntei sobre a sua mãe, contou que ela havia sumido; *“Ela cascou fora! Ela ganhou nós de gula na cama lá e foi embora, curtir. Minha avó que criou nós” (sic).* O adolescente se refere à sua avó como uma referência materna, que respondia por ele. Falou repetidas vezes do desejo de permanecer morando com ela.

Sobre a semiliberdade, relatou que recebeu a medida por roubo e também disse repetidas vezes que queria sair da unidade, referindo-se à casa de semiliberdade como *“casa maldita” (sic).* Quando perguntei sobre a rua, Luan respondeu *“vitória... desligamento” (sic).*

Ele falou pouco na entrevista, mas a sua inquietação e o seu silêncio foram significativos. Na ocasião da pesquisa, havia ocorrido um episódio na comunidade onde residiam dois irmãos do adolescente e a avó, em que um deles, que supostamente possui envolvimento com o tráfico de drogas, havia sido alvejado. Ao saber do episódio, Luan ficou muito inquieto, falou do ocorrido, da preocupação com as consequências disto para a família, justamente por todos terem deixado o aglomerado porque a ameaça de morte ao irmão estendeu-se a todos os demais membros.

O adolescente contou que vem de uma família de 10 irmãos (3 irmãs e 7 irmãos), os irmãos mais velhos constituíram famílias, e os outros, inclusive os mais novos, ainda estavam sob a responsabilidade da sua avó. Luan contou que possui irmãos envolvidos com a criminalidade e que o seu irmão gêmeo – Moisés, ainda estava cumprindo a semiliberdade e a sua irmã já havia concluído esta mesma medida na casa feminina. Moisés também participou desta pesquisa.

Luan relatou que durante os dois anos que passou na rua circulou pela área hospitalar, ao perguntar sobre a escolha do lugar ele respondeu ser a região da cidade onde haviam outros moradores de rua. Perguntei sobre a ida para a rua:

“Ueh, porque acontece algum desacerto, ou porque a mãe bate demais, fica batendo demais. Ou ela arruma treta na quebrada, rouba alguma coisa. Aí fica rato de boca, se pegar mata, aí foge. Vai pra outro lugar pra não ser morta, entendeu? Ou se não, arruma briga com familiar... com mãe, foge. Ou se não alguns foge só pra saber mesmo como é a rua, que nem eu... eu fugi só pra mim saber mesmo como é que é a rua” (sic).

1.3 Moisés, 16 anos

“Eu chamo Moisés, eu tenho 16 anos. Ó, quando eu morava na rua, era porque meus colega me chamava pra ir, né. Aí eu ia... aí nós ficava na rua, dormia. Vinha uma Kombi, uma moça lá que ajudava nós, dava café da manhã, acordava nós, dava coberta, dava almoço, dava janta. Aí... teve um dia que quando eu tava na rua um tempão, eu vi uns cara lá botando fogo num cara lá. Eu fiquei com medo, e não fiquei na rua mais não. Aí eu vim embora pra casa eu fiquei morando com a minha vó. Depois eu cometi um ato, fui lá e eu fui preso e tomei semiliberdade. Eu to pagando semi” (sic).

Moisés é irmão gêmeo de Luan e ambos cumprem a medida de semiliberdade em casas distintas. O adolescente iniciou a entrevista contando sobre a sua experiência na rua: O

adolescente contou que durante a permanência na rua, circulava por vários lugares da cidade, mas tinha preferência pela região hospitalar e pelo Miguilim⁶, que segundo ele, era um lugar frequentado por adolescentes que ficavam na rua. “(...) *quem mesmo que ficava na rua que ia lá, mas não ia pra dormir não. Ficava só durante o dia. E dava almoço, dava... você podia dormir. Aí quando era, eu acho que seis horas, fechava*” (sic).

De acordo com Moisés, na rua ele e os colegas pediam dinheiro para comprar tiner. O adolescente falou do uso de drogas, através do consumo constante de tiner, uma substância que segundo ele, era comum entre os moradores de rua.

Ao falar da família, contou da irmã Jô, que tem três filhos. Ele se refere à irmã como uma referência que, na ausência da avó, é quem responde por ele. Em nenhum momento da entrevista Moisés falou da sua mãe.

Moisés também relatou o episódio vivido pelo irmão no aglomerado em que a família residia, no entanto, na ocasião da pesquisa, o adolescente estava tranquilo, mas muito apreensivo com a situação da família, sobretudo com a avó. Disse que gostaria de ir embora para Betim, arrumar um serviço, uma namorada e ter filhos para cuidar.

Sobre a semiliberdade, comentou que recebeu o enaltecimento e explicou que trata-se de um benefício para os adolescentes que tem bom comportamento na medida socioeducativa. Segundo ele:

“Você tem de ficar uma semana de boa assim. Você não pode fazer bagunça não, se não eles te dá comissão. Tem de ficar uma semana... legal uai, bacana. De boa. Aí você ganha um dia... um dia a mais, você sai na sexta-feira às 9 horas da manhã, volta só no domingo. Agora se... se você tomar uma comissão no meio da semana, você tomar comissão tipo assim, ou pode ser na quarta, na quinta, pode ser até na sexta... é pode ser até na sexta. Se eles te dá, aí você não sai não... aí você tem que ficar... é muito bom, você ganha um dia a mais” (sic).

1.4 João, 13 anos

João é o ponto enigmático da pesquisa. Um adolescente que, aos 13 anos, foi escolhido pela equipe da unidade socioeducativa onde cumpre a semiliberdade por identificarem que possui o perfil de trajetória de vida nas ruas, no entanto, este caso nos ensina que a experiência na rua não diz respeito, somente, à fragilização ou rompimento dos vínculos familiares.

⁶ Centro de Referência Especializado da Assistência Social para a População de Rua (Centro-POP/ MIGUILIM).

O adolescente reside com os pais e uma irmã. Possui tatuado no braço os nomes dos membros da família e contou do forte apego que possui pela mãe e pela avó, apesar da boa relação que possui com o pai. O vínculo maior está ligado, sobretudo, à genitora. Segundo ele, gostava de sempre estar na rua. Nega ser “*um menino de rua*” (sic), mas reconhece a experiência de circulação na cidade.

Diferente dos outros adolescentes entrevistados, João circulava de moto pelas ruas do aglomerado onde mora. A circulação na cidade concentrou-se na própria região de moradia, onde, inclusive, o adolescente localiza as suas atuações. Relatou que passava a maior parte do tempo na rua, ora com colegas, ora com a mãe. A própria equipe da casa de semiliberdade identifica o modo de vida de João, embora com o histórico de vivência nas ruas, um tanto quanto curioso, pela organização familiar. Segundo a equipe e o próprio adolescente, os pais são presentes na medida e o acompanham, sempre que necessário.

1.5 Sandra, 18 anos

“Sandra, tenho 18 anos. Comecei ir pra rua assim, é... tava na minha casa, esperei minha mãe sair. Aí eu pe/ ((risos)) aí eu peguei minha colega, fui lá pra casa, falou comigo – Sandra, vamos pra rua. Aí eu fui e fugi, depois disso um tempão, minha mãe ficou caçando eu, não achou, começou a colocar é... a minha foto nos ônibus, aí depois de um tempão foi pra rua, conheci minhas colega. Aí depois comecei a beber e usar droga, comecei usar droga também, comecei a ficar só drogando, roubando pra usar droga. Depois de um tempão encontrei minha mãe, minha mãe falou pra eu voltar, eu não quis. Minha mãe me levava pra casa, eu fugia. Minha vida ficou começando assim... depois de um tempo/ aí depois de um tempo eu fui, voltei pras rua de novo. Comecei a dormir na rua, usar muita droga. Depois de um tempo falei assim - vou arrumar um filho pra mim mudar. Aí eu fui, arrumei um filho e hoje graças a Deus estou aqui na Semi, que a Semi me ajudou muito. Estou aqui, pagando a medida de boa, quando sair, cuidar do meu filho” (sic).

Sandra foi admitida na semiliberdade, aos 17 anos, após se apresentar à Vara da Infância. A adolescente tinha sido sentenciada com a semiliberdade, mas até então não havia iniciado o cumprimento da medida. Na ocasião, ela estava grávida e incentivada pelo namorado (pai do bebê) decidiu resolver a sua situação com a justiça.

Sobre o início da sua trajetória nas ruas, Sandra relatou que foi incentivada por uma colega, aos 12 anos. Segundo ela, com a ida para as ruas começou a consumir bebida alcoólica e loló.

“Ah, ah... eu não tava aguentando mais ir pra escola. Por que na escola, os menino só ficava me humilhando, porque antes eu não gostava de briga com os outro, até hoje eu sou assim, só se caçar comigo. As menina ficava mexendo comigo, me chamando de não sei o que, ficava me xingando. E eu todo dia chegava lá em casa chorando, teve um dia que eu falei assim – ah, não, minha mãe não tá resolvendo nada, eu vou fugir. Fui e fugi da escola” (sic).

Ao contar sobre a vida na rua, Sandra relatou que *“pegava traseira em ônibus” (sic)*, pedia comida e que conheceu vários lugares na cidade, mas preferia estar na Savassi. Em casa, com a mãe, ela morava com as 06 irmãs e 01 irmão. Mas com a ida para as ruas, passou a ficar a maior parte do tempo fora de casa.

Sandra começou a freqüentar o Miguilim a partir do encontro na rua, com uma equipe de técnicos do equipamento. Segundo ela, eles a levavam constantemente em sua casa e a sensibilizavam a voltar para a família, mas naquele momento o interesse maior estava na permanência nas ruas.

De acordo com a adolescente, a trajetória infracional começou nas ruas, através da prática de furtos e por fim, no envolvimento com o tráfico de drogas. Sandra contou que começou a traficar junto com o namorado, e por este ato, chegou a receber a medida de internação.

CAPÍTULO II – PASSADO, PRESENTE, PARTICIPO SENDO O MISTÉRIO DO PLANETA⁷: Sobre a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil

Os direitos da criança e do adolescente no Brasil se constituíram a partir de uma distinção entre a criança rica e a criança pobre, bem delineada no Brasil república. Cirino (2001) afirma que a primeira foi alvo das políticas de atenção à família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade, enquanto que a segunda, considerada parte das classes perigosas, foi estigmatizada como menor, devendo ser objeto de controle social. Souza (2013) alerta que, uma sociedade que viveu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, conseqüentemente, herda de seu passado fortes tendências à discriminação social e aos preconceitos sucedidos desta condição.

Para compreender a trajetória de vida nas ruas como um fenômeno social, é importante fazer um percurso histórico pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Tal percurso nos permite avançar em conceitos que nos acompanham desde a criação das políticas de atenção à infância e adolescência brasileiras; expressões como “menor, família desestruturada e meninos de rua” nasceram em um período de contradição, onde se reivindicavam direitos em um contexto de violência e abandono.

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) o fenômeno “trajetória de vida nas ruas” ganha outro contorno. De acordo com Filomena Gregori (2000), o que se vê são meninos e meninas que se viram e se comunicam com a cidade de forma dinâmica, pela circulação nos espaços públicos, brincadeiras, trabalho informal, assumindo o papel de pedintes ou pelas práticas infracionais. Ainda que colocados “à margem” pela sociedade, estão em busca tanto de tutela quanto de autonomia, e experimentam no melhor e no pior seu status de sujeito (LACADÉE, 2011). Este público traz consigo estigmas da exclusão e das várias formas de violência. Marcas que muitas vezes não se contentam em ficar somente na constituição psíquica desses sujeitos, mas que se fazem presentes no próprio corpo físico, seja por meio das inúmeras cicatrizes, seja por meio do “descuido” com a saúde.

⁷ Trecho da música “Mistério do Planeta” de Novos Baianos.

2.1 As três fases no atendimento e atenção à criança e ao adolescente no Brasil

Na história da infância e adolescência no Brasil, anteriormente ao nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069 /1990), percebe-se que as instituições já encontravam dificuldade de reconhecer o modo de vida dos adolescentes pobres, de rua e que transgrediam a lei. Filomena Gregori (2000) atualiza esta questão, a partir de uma perspectiva sociológica, ao afirmar que um dos principais problemas na assistência ao público com trajetória de vida nas ruas passa por práticas que correspondem a atender demandas imediatas (alimentar, abrigar, reaproximar os meninos das famílias de origem, etc.) e à falta de articulação da rede de atendimento, que resulta na fragmentação das intervenções.

No Brasil, antes do ECA, tivemos três grandes fases no atendimento e atenção à criança e ao adolescente: Fase Caritativa; Fase Filantrópica; Fase de Bem Estar Social.

A Fase Caritativa é caracterizada por uma gestão, principalmente da igreja católica, na atenção à infância e adolescência da época. Esta fase toma expressão a partir do século XIX, até meados do século XX. Esta é a fase da caridade, mas podemos chamar também de uma fase assistencialista. Poletto (2012) afirma que se tratava então de uma fase com a função prioritária de ofertar assistência à população pobre. O assistencialismo, então, perpassa esta primeira fase e vai também para a segunda, que é a fase filantrópica.

A fase caritativa é a fase das Santas Casas de Misericórdia, onde as freiras (bem como suas congregações) tomam para si o cuidado com os “menores”. Naquela época a nomenclatura era “menor”. Mas, quem era o “menor”? O “menor” não eram todas as crianças e adolescentes brasileiros. O “menor” era o filho daquele que estava excluído, à margem da sociedade, considerado como uma preocupação desta mesma sociedade, no que se refere àqueles que não estivessem sob o seu controle. Esses menores eram os filhos dos escravos que tinham conseguido uma libertação sem nenhuma condição de sobrevivência. Crianças pobres, abandonadas e, muitas vezes, órfãos, fruto até de relações consideradas incestuosas ou até de famílias que haviam morrido. Segundo Gregori (2000), o conteúdo de menoridade sempre articulou o menor à pobreza e esta à vulnerabilidade moral, ou seja, o menor também era aquela criança ou adolescente que havia transgredido a norma, ameaçando uma sociedade harmônica.

O grande divisor de águas entre 1927 e 1990 talvez seja mesmo o fim do reconhecimento legal da existência da figura “menor abandonado” que se arrastou até a edição do ECA. As condições sociais precárias eram vistas como responsáveis pelo “abandono”, tais como: falta de meios de subsistência, falta de habitação, ausência ou

prisão dos pais, indigência, enfermidade etc. Além disso, aqueles, cujos tutores praticassem maus tratos, mendicidade, frequentando locais de “moral duvidosa” e envolver-se na prostituição também eram classificados na condição de menores em abandono. Nestes casos o Decreto de 1927 previa a inibição do “pátrio poder” e a “remoção da tutela”, o que reforçava a necessidade de encaminhar os jovens às instituições asilares. (SOUZA, p. 37, 2013)

A caridade e a filantropia se personificaram em pleno século XX, que por sua vez, é caracterizado pelas contradições do sistema capitalista que se consolida e se expande como modo de produção, evidenciando a expansão da população excluída e marginalizada (POLETTI, 2012). A partir de 1910, começa o movimento de migração, estrangeiros começam a ocupar a terra trazendo todo um saber para o seu cultivo, acirrando ainda mais o êxodo para os centros urbanos. Os brasileiros então vinham para os grandes centros tentar se inserir nas máquinas, nas pequenas produções e fábricas, e as famílias que possuíam conhecimento para atuar nestas áreas começaram a ser absorvidas pelo mercado de trabalho, passando conseqüentemente a serem exploradas por este mercado. Havia famílias que chegavam à uma jornada de dezesseis horas de trabalho, inclusive nos finais de semana, e as crianças, muitas vezes, eram levadas por seus pais trabalhadores a estas oficinas. Outras famílias, para trabalhar, deixavam suas crianças em casa, sozinhas, com isto elas acabavam perambulando pelas ruas, aumentando a situação de abandono presente naquela época, chegando algumas a morrerem em consequência desta vulnerabilidade.

Esse contexto fortalece um movimento higienista, como resposta ao cenário existente que era sem saneamento básico e condições mínimas de higiene. Com a proliferação de pestes e de doenças, as crianças, sendo as mais vulneráveis, tornavam-se vítimas fatais. A criança ocupava o lugar de “objeto” na sociedade, sobretudo as crianças pobres. Historicamente, constata-se que nem sempre a família foi lugar de acolhimento e proteção.

Com a inauguração dos grandes polos industriais, as cidades começam a abrir uma estrutura de saneamento básico para corresponder a esta população que até então, estava na zona rural. Souza (2013) refere-se a este movimento migratório como sendo um dos fenômenos sociais que produziram o aparecimento de grupos marginalizados, excluídos da economia urbano-industrial.

Nessa mesma época, as Santas Casas de Misericórdia criam as “rodas dos expostos” (roletas de madeira), onde quem estava dentro dos conventos não conseguiam ver quem estava do lado de fora. Aquelas mães, muitas vezes filhas de famílias bastardas⁸, acreditavam

⁸ Famílias que tiveram algum relacionamento que não poderia ser socialmente aceito ou famílias que não tinham condição de criar seus filhos.

que ali os seus filhos seriam acolhidos. Nas Santas Casas, ao serem admitidas, as crianças perdiam totalmente sua identidade, e ao mesmo tempo, a identidade de quem as deixava era preservada.

A igreja manteve este lugar de atendimento e cuidado ao longo do século XIX, até início do século XX. Naquele momento não existia uma legislação que disciplinasse essa situação, especificamente a situação das crianças pobres, abandonadas, órfãos ou mesmo aquelas crianças que, uma vez nas ruas, transgrediam a norma e traziam certo comprometimento para a suposta harmonia daquela sociedade. Gregori (2000) relata que nesta época havia no Brasil uma imensa preocupação por parte de políticos, juristas e médicos, com o abarcamento de novas regras para adequar o país ao curso da civilidade e chamava a atenção para o aumento da delinquência juvenil, indicando a rua como o espaço de socialização da criança exposta ao perigo moral.

Em 1927 um juiz, chamado Melo Matos, primeiro juiz de menores do Rio de Janeiro (SOUZA, 2013), cria uma legislação específica para tratar das questões da infância e da adolescência, sobretudo para os considerados “menores”. O Código de Menores – Lei Melo Matos, não foi uma legislação universal, como o ECA, mas uma legislação que abarcava as crianças que traziam uma instabilidade para a sociedade, principalmente pensando que, quando adultos, poderiam se tornar ameaças. Para Cirino (2001), o Código de Menores de 1927, foi uma das maneiras de controlar a infância desamparada e delinquente. Além de traduzir, vai disciplinar estas duas situações: crianças abandonadas e crianças que transgrediam a lei. “Situação Irregular” era a expressão usada para nomear as crianças que encontravam-se nestas situações. De acordo com Cirino (2001), a doutrina da situação irregular era arbitrária e permitia aos juízes, com competência penal e tutelar, declarar em situação irregular e objeto explícito de intervenção estatal, a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social.

A definição do menor como criança em situação irregular exorciza, portanto, as deficiências das políticas sociais, apontando “soluções” de natureza individual que privilegiam a institucionalização ou a adoção. Dessa maneira, o número de menores – atualmente de meninos de/ na rua – pode diminuir ou aumentar de acordo com o maior cuidado ou descuido no campo das políticas sociais básicas. (CIRINO, p. 34, 2001)

Tomando como foco as reflexões de Emilio Garcia Mendez (1998), a doutrina da situação irregular significava uma infância dividida em duas categorias distintas: as crianças e

adolescentes que viviam em suas famílias, e os menores, entendidos como aqueles que estão fora da escola, os abandonados, os carentes, os infratores, transformando a questão social e suas expressões em questões jurídicas. Estar em situação irregular, significava estar à mercê da justiça de menores, cuja responsabilidade misturava atribuições de caráter jurídico com atribuições de caráter assistencial. Dessa forma, Mario Volpi (2001) relembra que a pobreza era motivo para retirada do poder familiar, e a situação de abandono era motivo suficiente para privação da liberdade. Prendiam-se os adolescentes sob o argumento de protegê-los (FUCHS, 2009, p. 74).

As palavras “caritativo” e “filantropia” têm significados semelhantes⁹, e no que diz respeito às fases de atendimento, possuem uma intercessão: o assistencialismo. No entanto, há pontos que marcam cada uma, diferenciando-as. A fase caritativa é marcada por práticas de cuidado e caridade, através de ações individuais e filantrópicas, idealizadas pela igreja católica e personificadas na atuação das Santas Casas de Misericórdia e das amas de leite. A fase filantrópica, por sua vez, é marcada pela institucionalização.

A fase Filantrópica surge no Brasil, em um momento de inquietação societária, onde havia uma pressão para dar uma resposta, porque as Santas Casas e as amas de leite, já não conseguiam absorver toda aquela demanda. Surgem iniciativas de famílias burguesas, que criam instituições com a característica de colégios internos, a exemplo dos modelos europeus, onde estas crianças eram acolhidas e ali elas aprendiam a ler e a escrever e também aprendiam um ofício. Com o início do capitalismo no Brasil, a partir da década 30, surgiram iniciativas de pessoas ligadas à política e à primeira dama, que implementaram instituições grandes, para que as mães pudessem deixar os seus filhos para trabalhar, sem haver o risco de deixar as crianças perambulando pelas ruas.

A fase Filantrópica foi conhecida como a fase em que algumas pessoas nomeadas na época como “do bem”, resolvem assistir esses menores, para que eles não ameassem a sociedade. Um exemplo desta fase é a “Casa do Pequeno Jornaleiro”, instituição que acolhia crianças (meninos) que, uniformizados, vendiam jornais nas ruas de Belo Horizonte. As crianças, identificadas por números, eram filhos de famílias pobres, que compreendiam a institucionalização como sendo a melhor saída para os seus filhos.

Essa fase é avaliada como muito bem sucedida, porque inseria os jovens no mercado de trabalho. Neste momento da história, a escola não era para todos. A família via a

⁹ Caritativo *adj* caridoso.

Filantropia sf **1** Amor à humanidade. **2** Espírito caritativo.

institucionalização como única saída para a criança aprender a ler e a escrever. Instituições como a “Casa do Pequeno Jornaleiro” e as ONGs é que responderam pela política pública de atendimento à criança e ao adolescente até meados da década de 40. O Estado não tinha efetivamente uma atuação.

Segundo Cirino (2001), o governo militar cria a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), pressionado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), em substituição ao SAM (Serviço de Assistência ao Menor), que por consequência introduz a assistência à infância a perspectiva do bem estar social. Poletto (2012) afirma que a fundação tinha como atribuição a formulação e implantação, em todo território nacional, da Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBM) e tinha como campo de atuação a faixa populacional cuja parcela de indivíduos de menor idade estava sujeita a um processo de marginalização. É na fase do Bem Estar Social que o Estado começa a tomar para si o enfrentamento a estas mazelas societárias voltadas para a criança e ao adolescente. Esta fase ilustra muito bem o que as leis, anteriores ao ECA, abordavam: correção, prevenção, instrução, bem-estar e educação (POLETTTO, 2012). A Lei do Código de Menores (1927) referia-se a esta criança, filha do pobre ou que transgredia à lei, e vigorou até 1979. Em 1979, este código passou por reelaboração, uma vez que a problemática da atenção ao menor abandonado passou a ser alvo de discussões da sociedade. Assim, foi criado o Código de Menores de 1979, esta releitura inseriu o termo “situação irregular”:

Também sob a égide do regime militar foi instituído o Código de Menores de 1979. Elaborado por uma comissão de juristas sob encomenda do Senado, o projeto seria emendado por juízes designados pela Associação Brasileira de Juízes de Menores. Este novo instrumento legal procurou dar contornos definitivos à categoria de “menor em situação irregular”, classificando-os como aqueles que estivessem “privados” de saúde, instrução e “condições essenciais de sobrevivência”. Os maus tratos e o “perigo moral” aliados à falta de assistência legal, inadaptação familiar ou comunitária e infração penal, estão listados como causas do menor infrator. (SOUZA, p. 17, 2013)

Cirino (2001) refere-se ao novo Código de Menores, como sendo a lei que, dentre outras coisas, determinava que o Poder Público criasse as instituições de assistência e proteção ao menor. Assim, Poletto (2012) nos lembra que, a situação irregular era direcionada às crianças pobres que passaram a ser objeto de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores e, incorporava tanto o menor pobre quanto o menor autor de ato infracional.

A Declaração Universal dos Direitos do homem chega a uma época pós-segunda guerra mundial, onde houve a violação máxima dos direitos entre os cidadãos. É neste momento que os países iniciam discussões com o objetivo de estabelecer um compromisso entre diferentes culturas, credos e países, para se relacionarem após a segunda guerra. De acordo com Cirino (2001), é pela influência da Declaração, a partir dos anos 60, que o Estado se torna o grande interventor e o principal responsável pela proteção e assistência à infância abandonada e em situação de risco no Brasil.

Percebe-se que as formas pelas quais o poder público lida com a infância e a adolescência são marcadas e modificadas por transformações da sociedade brasileira. Poletto (2012) sinaliza que há séculos, crianças e adolescentes pobres suscitam reflexões sobre a dinâmica exclusão/ inclusão, retratada nesse processo histórico.

2.2 A implementação das políticas de atendimento: dinâmicas de inclusão e exclusão

Alguns autores trazem a concepção de exclusão como algo fluido, ultrapassando a lógica exclusão/ inclusão. Wanderley (2010) inclui à noção de exclusão as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. O autor complementa a esta noção o alerta de que existem valores e representações do mundo que acabam por excluir pessoas. É neste sentido que as políticas de atendimento à criança e ao adolescente foram analisadas, a partir de um levantamento histórico que traduziu tais iniciativas como propostas inclusivas, que resultaram em práticas de exclusão, inclusive de exclusão da cidadania e de valores culturais.

Cirino (2001) resgata que, durante décadas, o Estado não assumiu a responsabilidade pela infância e adolescência pobre no Brasil, sendo público somente de práticas de caridade individual e filantrópicas. Neste período, ainda segundo o autor, o Estado limitava-se ao estudo e controle da assistência ao menor, inclusive da repressão aos transgressores, através da criação do Departamento Nacional da Criança (1919) e do Serviço Nacional de Menores (1941), ambos os órgãos públicos especializados.

Voltando a 1941, quando o Estado resolve tomar para si o enfrentamento às mazelas societárias, ele responde reproduzindo um modelo filantrópico, de uma forma não tão bem sucedida. Neste momento, segundo Souza (2013), o Estado cria a SAM (Serviço de

Assistência ao Menor), que reunia um grupo de instituições, de âmbito governamental e privado, de atendimento às crianças e adolescentes. Com diretrizes de atendimento apoiadas nos saberes médico, psiquiátrico e jurídico, atuavam em consonância com o Juizado de Menores. Nestes locais, havia indícios de que as crianças sofriam abuso sexual, espancamentos e mortes. O Estado resolve alterar a nomenclatura e cria a FUNABEM, passando o gerenciamento para os Estados, sendo replicada através do equipamento FEBEM.

De responsabilidade dos governos estaduais, mas sob a supervisão das “políticas” gerais estabelecidas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), esses estabelecimentos foram concebidos como centros especializados destinados à triagem e observação dos menores, bem como à sua permanência. A maior parte dessas instituições, no entanto, já existia há anos, tendo sido apenas repassadas para os governos estaduais. O que ocorre com as FEBEM é a intensificação do processo de criminalização da pobreza, a partir de internações – que constituíam verdadeiras privações de liberdade com tempo indeterminado – por motivos de falta ou carência de recursos materiais. (CIRINO, p. 33, 2001)

Unidades da FEBEM foram instituídas nos Estados sob gerenciamento do governo estadual, a partir do novo Código de Menores, de 1979. Estes equipamentos foram implementados dentro de uma infraestrutura de grandes galpões, com grandes pátios e áreas livres. O modelo de atendimento adotado mantinha a lógica da fase filantrópica, que resultava na perda da identidade das crianças atendidas e na segregação, até os dezoito anos.

Os equipamentos dividiam as crianças por faixa etária, separando os irmãos, além disto, existia outra divisão; separavam as crianças e adolescentes pobres, abandonados, órfãos e os que transgrediam a Lei. Em Minas Gerais, a FEBEM do município de Sete Lagoas era somente para infratores. Antes de 1979, se um adolescente infracionava, era encaminhado para uma FEBEM, sem o direito de ter um defensor e nem mesmo ser ouvido pelo Ministério Público.

Nas unidades da FEBEM atuavam psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentistas, professores e educadores que ministravam cursos em oficinas de profissionalização. O trabalho não se orientava pela perspectiva do retorno familiar e qualquer situação que fugia à norma, qualquer família classificada na época como “desestruturada”, o Estado assumia a guarda total das crianças e dos adolescentes. O Juiz de Menores era a figura que decidia pela institucionalização, baseado no Código de Menores. As instituições FEBEM ofereciam àquilo que supostamente supriria as necessidades básicas das crianças e dos adolescentes, mas sem construir vínculo e nem mesmo ocupar lugar de referência para o público atendido. O Estado,

com o tempo, foi se deparando com as sequelas deste sistema, começa então a repensar esta lógica de atendimento.

Assim, o que vimos são soluções de natureza individual, que privilegiavam a institucionalização ou a adoção, e para os adolescentes autores de ato infracional, considerados na época “desviantes” (CIRINO, 2001), ações de repressão. Trata-se de um período onde a infância e a adolescência pobre não tinham voz.

Poletto (2012) conclui que a Constituição Federal de 1988 inaugura a proteção da infância e adolescência, por garantir alguns benefícios à família, dando destaque aos direitos e deveres dos pais para com os filhos, que com a promulgação do ECA se oficializou em lei específica de proteção integral à criança e ao adolescente.

2.3 Criança e adolescente – sujeitos de direitos: o nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente

Em 1979 cria-se o Ano Internacional da Criança no Mundo e o Brasil se vê obrigado a reformular o Código de Menores, onde houve um avanço, e embora pouco significativo, assegura algumas garantias para a infância e adolescência. Amplia a idade dos meninos segregados e incluídos no marco institucional, institui os estudos sociais de caso nas unidades da FEBEM e inicia um processo de humanização das instituições assumidas pelo Estado, mas sem perder de vista a ideia da institucionalização como a melhor saída para as crianças e adolescentes.

O Ano Internacional da Criança coloca na pauta do dia a discussão dos cuidados com a infância e a adolescência. O Brasil, então, reformula a sua lei. Contudo, permanece sendo a mesma lei que considera o filho do pobre como “menor” e o do rico como criança e adolescente. O Código de Menores vigora até meados de 1990. O Ano Internacional da Criança traz ainda a necessidade de se pensar as especificidades da criança e do adolescente, o que fomenta uma grande articulação societária de diferentes setores no sentido de mudar a legislação. O início desta mobilização foi a organização de grupos de discussão, a partir do final da ditadura e aproveitando uma maior abertura do país, para uma mudança radical na legislação.

A Constituição de 1988 foi o momento de colocar na pauta do dia as discussões entorno das políticas públicas. A área da infância, então, começa a se articular e consegue obter mais de noventa mil assinaturas em duas emendas populares que tratam dessa política voltada à infância e adolescência, incorporando o que estava na Declaração Universal dos Direitos da Criança, dentre outras coisas, inclusive, incluindo o direito à convivência familiar e comunitária.

A Constituição incorpora a ideia de que a criança está em desenvolvimento e que precisa ter direitos. Com esta mobilização, temos no artigo 227 da Constituição Federal a “mãe do Estatuto da Criança e do Adolescente”. É a compilação do texto das duas emendas populares que foram replicadas nos seis primeiros artigos do ECA, caracterizando a coluna dorsal da lei. Eles trazem uma mudança paradigmática, dando um norte para a compreensão da política pública da infância e juventude no país. Em 13 de julho de 1990 entra em vigor. Nasce sendo a primeira lei federal que vai disciplinar a Constituição Federal.

Antônio Carlos Gomes da Costa, mineiro, pedagogo, foi o autor das duas emendas incorporadas na Constituição Federal. Respondeu pela direção de uma FEBEM que atendia meninas infratoras em Ouro Preto, sendo o primeiro a abrir as portas da instituição, matriculando as meninas na escola formal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente inaugura, no Brasil, novos paradigmas para a política de atendimento à infância e adolescência, instituindo um tripé: criança e adolescente é sujeito de direitos e deveres; sujeito em condição de desenvolvimento; prioridade absoluta.

A intensa mobilização, que envolveu movimentos sociais, políticas públicas e mundo jurídico, culminou, em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos os destinatários já não eram mais os menores, mas todas as crianças e adolescentes, sem distinção. Incorporando os princípios da nova Constituição do Brasil (1988), o Estatuto deixou integralmente sem efeito as leis que dispunham sobre a política social do bem estar do menor sobre o Código de Menores, rompendo com a tradição latino-americana ao substituir a chamada Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral. (CIRINO, p. 35, 2001)

Com o ECA, a partir da década de 90, há um crescimento na oferta de políticas públicas voltadas para a infância. Nos seis primeiros artigos do Estatuto, a lei traz a divisão de responsabilidades. Primeiro, a família, não no sentido de culpabilizar, mas de pensar esta família como principal eixo para a construção da cidadania das crianças e dos adolescentes. Desta forma o ECA traz uma inovação: o primeiro programa que ele cita no artigo 86 é

“Apoio Sociofamiliar”. Ou seja, um programa para ofertar condições à família de assumir o papel de protagonista e protetivo. Por meio das políticas públicas o Estado entra apoiando esta família com programas sociais governamentais, potencializando-os enquanto agentes.

Diante disto, o Estatuto traz o bloco dos direitos à convivência familiar e comunitária. A matricialidade sociofamiliar passa a ser o foco das políticas de assistência social porque na lei, a convivência familiar e comunitária está colocada como prioridade, justamente para mudar a lógica da institucionalização que estava colocada anteriormente. Portanto, há uma inversão da lógica, a família entra em cena, sendo empoderada a partir de políticas de atendimento que ofertem condições para que assumam o seu papel, enquanto que a institucionalização passa a ser considerada em situações extremas, em caráter provisório excepcional.

CAPÍTULO III – A CASA É SUA?

A casa é sua

Arnaldo Antunes

Não me falta cadeira
 Não me falta sofá
 Só falta você sentada na sala
 Só falta você estar
 Não me falta parede
 E nela uma porta pra você entrar
 Não me falta tapete
 Só falta o seu pé descalço pra pisar

Não me falta cama
 Só falta você deitar
 Não me falta o sol da manhã
 Só falta você acordar
 Pras janelas se abrirem pra mim
 E o vento brincar no quintal
 Embalando as flores do jardim
 Balançando as cores no varal

A casa é sua
 Por que não chega agora?
 Até o teto tá de ponta-cabeça
 Porque você demora
 A casa é sua
 Por que não chega logo?
 Nem o prego aguenta mais
 O peso desse relógio

Não me falta banheiro, quarto
 Abajur, sala de jantar
 Não me falta cozinha
 Só falta a campainha tocar
 Não me falta cachorro
 Uivando só porque você não está
 Parece até que está pedindo socorro
 Como tudo aqui nesse lugar

Não me falta casa
 Só falta ela ser um lar
 Não me falta o tempo que passa
 Só não dá mais para tanto esperar
 Para os pássaros voltarem a cantar
 E a nuvem desenhar um coração flechado
 Para o chão voltar a se deitar
 E a chuva batucar no telhado

A casa é sua
 Por que não chega agora?
 Até o teto tá de ponta-cabeça
 Porque você demora
 A casa é sua
 Por que não chega logo?
 Nem o prego aguenta mais
 O peso desse relógio

O ECA conceitua o ato infracional, em seu art. 103, como crime ou contravenção penal. Apurada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas aos adolescentes as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional. As medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/1990) são determinadas por autoridade competente, quando verificada a prática de ato infracional e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei Federal 12.594/2012) que estabelecerá parâmetros para a execução nos Estados. A aplicação de uma medida socioeducativa deve considerar a capacidade do adolescente de cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração (SINASE, 2006).

Bocco (2008) nos convida a pensar a infração como fenômeno social, no qual todos estamos incluídos. Para a autora, a infração juvenil costuma ser atribuída a um sujeito

individualmente, sobretudo a um tipo muito específico de sujeito, tornando visível apenas o infrator e não os mecanismos históricos, econômicos e políticos que o fabricam. Bocco (2008) sustenta a sua reflexão sobre o ato infracional a partir do conceito de agenciamento, de Deleuze e Parnet, que segundo ela, envolve multiplicidade, processualidade e coletividade.

Por isso, tomar a infração como agenciamento – tanto agenciamento coletivo de enunciação como maquínico de desejo – desloca o foco de análise, antes exclusivamente sobre o jovem, para as configurações que dão lugar à infração, desestabilizando a infração-indivíduo tão pregada no contemporâneo. Na psicologia, esse deslocamento tem efeitos importantes, porque significa deixar de lado as correntes tradicionais que atribuem a infração a desvios de conduta e a transtornos de personalidade e, com isso, quebrar com as práticas que insistem em procurar soluções individuais para fenômenos sociais. (BOCCO, p. 77, 2008).

O convite de Bocco (2008) a ampliar a percepção sobre a infração é aceito, uma vez que constatamos historicamente que o reconhecimento da infância e adolescência no Brasil, principalmente a legitimação dos direitos, passou por um processo de violação e criminalização das classes pobres, onde a existência e reprodução das categorias “infância e menor” evidenciavam como a concepção doutrinal afetava a materialidade dos direitos civis (FUCHS, 2009). Torna-se tarefa impossível desvincular o conceito de infração dessa história, sobretudo ao considerar o contexto atual, de criminalização da adolescência e da situação de rua.

Considerando que essa dissertação é uma investigação com adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, há duas questões primordiais que perpassam todo o trabalho: a casa e a rua. Os dados levantados sobre a situação de rua apontam para um alto número de adolescentes nesta circunstância, ao mesmo tempo, a pesquisa bibliográfica mostrou a escassez de referências teóricas sobre o tema. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua revelou que até o ano de 2011, em um levantamento realizado em 75 cidades de todo o país, abrangendo todas as capitais e cidades com população superior a 300 mil habitantes, há 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Deste, 71,8% são meninos e 28,2% meninas. Ainda segundo esta pesquisa, o público adolescente (12 a 17 anos) representa 16.606.

Diante da relevância dos dados, sobretudo de Minas Gerais, com 761 crianças e adolescentes em situação de rua, esta pesquisa teve o seu recorte na história de 05

adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas e em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade em Belo Horizonte. Público este habituado à liberdade da cidade, por meio da circulação e da viração. O movimento destes meninos é o cerne deste trabalho: Como respondiam à restrição de liberdade, uma vez acautelados nas casas de semiliberdade? Mas então... Por que a semiliberdade?

O ECA, em seu art. 120, apresenta a semiliberdade. A medida é uma determinação judicial que pode ser aplicada pela constatação do ato infracional ou como forma de transição para o meio aberto. A Semiliberdade traz em seu escopo a restrição de liberdade. É executada em casas... Isso! Em casas, por equipes multidisciplinares e agentes de segurança socioeducativa, sob coordenação de um corpo diretivo. Os adolescentes acautelados nas casas estão sob responsabilidade compartilhada – Estado/ família, portanto, podem participar de atividades internas e externas, frequentarem cursos e a escola formal em instituições da cidade, bem como visitarem os seus familiares nos finais de semana.

A Semiliberdade já estava prevista no Código de Menores, como modalidade de atendimento, porém, com diferenças em relação à Doutrina da Proteção Integral. O Código de Menores era orientado pela Doutrina da Situação Irregular, e em seu artigo 39, a Semiliberdade era determinada judicialmente como transição para o meio aberto. Além disso, transferiam-se para a comunidade as ações de escolarização e profissionalização, não constando do princípio legal a obrigatoriedade da escolarização e assim, não responsabilizando o Estado pela oferta de política pública específica. Com o ECA, ampliam-se as possibilidades de aplicação da semiliberdade, permitindo que seja determinada também como primeira medida, outra mudança está na possibilidade dos adolescentes realizarem atividades externas, independente da autorização judicial e a obrigatoriedade tanto da escolarização quanto da profissionalização. Retomando o art. 120 do ECA, é descrita da seguinte forma: “O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial” (BRASIL, 1990, p. 100).

Costa (2004) refere-se à semiliberdade como uma forma mitigada de institucionalização, isto porque, em parte do tempo, os adolescentes encontram-se restritos na casa de semiliberdade, privados do direito de ir e vir. No entanto, a oferta de ações socioeducativas externas a casa é a oportunidade que têm de circular pela comunidade, acessando seus equipamentos públicos.

Lúcia: Lá são três quarto, a sala, a cozinha e tem uma varan/ uma quadra pequena para os adolescente ficar... ficar lá jogando bola, fazer atividades lá fora. E lá em cima tem uma máquina, tipo um lugar la que tem um lugar de lavar roupa, estender roupa. E mais pra cima tem a coordenação, e ao lado da coordenação tem a cozinha. É uma casa normal. Lá em cima tem a casa da Rapunzel onde fica a biblioteca, as coisas. É uma casa... quando eu cheguei lá portanto eu fala eu.. não e pra ficar na rua mas.. ou... lugar, pagar medida socioeducativa não é pra ninguém e fiquei... falar pra você... pode ser... () pior coisa é você ir pra sua casa final de semana e não poder ficar com a sua mãe dia de sábado e domingo ter que voltar pra aquele lugar (sic).

O movimento na semiliberdade gira em torno de uma rotina em que “o dentro” e “o fora” se complementam. A rotina de atividades externas consiste nas idas à escola e aos cursos profissionalizantes, além da participação em oficinas e atividades de esporte, cultura e lazer. Também são permitidas saídas nos fins de semana, nas quais os adolescentes, perante a assinatura de um Termo de Responsabilidade¹⁰, por parte de seus responsáveis, podem passar um dia com a família. Progressivamente, a saída pode ser realizada no sábado, com retorno no domingo. Muitas vezes é nesse movimento que os adolescentes não voltam. Simplesmente evadem. Evasões estas que, para a lei, caracterizam a resposta judicial de descumprimento da medida socioeducativa.

Em “A casa é Sua”, de Arnaldo Antunes, o músico apresenta uma casa, que tem paredes, sala, quarto, cozinha, janelas, cadeiras, sofá, varal... A casa de semiliberdade não é assim, embora haja semelhança na estrutura, na medida estão em jogo as regras. A casa de Arnaldo não tem regras! Na casa de semiliberdade, a regra aparece, inclusive, na organização cotidiana do espaço, como na limpeza, feita com a participação dos próprios adolescentes. Tal casa nos convida a lidar com os desafios da diferença e da convivência. São em média, 20 adolescentes, dividindo muito mais que os quartos, mas a responsabilidade de conviver em um mesmo espaço, a partir de uma medida judicial.

Mesmo entendendo que nas unidades de semiliberdade há uma interação natural, comum na adolescência, a medida judicial é de cada um e por isto a capacidade das unidades é limitada a um número restrito de adolescentes, para garantir um acompanhamento mais individualizado (SINASE, 2006).

O programa de atendimento deverá ser realizado, preferencialmente, em casas residenciais localizadas em bairros comunitários, considerando na organização do espaço físico os aspectos logísticos necessários para a execução do atendimento dessa

¹⁰ Regimento Único das Unidades de Execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade. Belo Horizonte, outubro/ 2015.

modalidade socioeducativa sem, contudo, descaracterizá-la de uma moradia residencial. (SINASE, p. 50, 2006).

A resolução do CONANDA (SINASE, 2006) prevê uma arquitetura socioeducativa concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização. Contudo, há uma caracterização das casas como uma unidade de segurança, a partir de aparatos físicos que limitam a circulação, isto significa que a acolhida está condicionada a uma determinação judicial e as saídas à autorização. Quanto ao desligamento total deste espaço, é necessário, sobretudo outra determinação, que seria o desligamento da medida. Tais pontos diferenciam a casa de semiliberdade da casa descrita na canção de Arnaldo Antunes, porque segundo o músico, a admissão neste espaço vem através de uma acolhida, um apelo para alguém que saiu e nunca mais voltou. E mesmo diferenciando a obrigação do convite, há um ponto de encontro nestes dois contextos: nenhuma das casas é um lar.

3.1 Adolescências

Esta pesquisa partiu das contribuições psicanalíticas para apreender o conceito de adolescência e desenvolver este trabalho, que teve como sujeitos investigados “adolescentes”. Sônia Alberti (2009) relata que Freud e Lacan não definiram adolescência e nem mesmo atribuíram a ela muita importância em seus textos, no entanto, tal fato não a exclui de suas obras. Alberti (2009) revela que não há para Freud diferença entre adolescência e puberdade, “razão pela qual é de puberdade que se trata quando, em *Psicanálise*, procuramos delimitar o campo da adolescência” (ALBERTI, p. 24, 2009). A adolescência, portanto, para a Psicanálise, não é marcada por comportamentos ou personalidade, mas refere-se a um vivo trabalho psíquico, subjetivo e relacional (ROSA & VICENTIN, 2010).

Ao falar de adolescência, é importante considerar outros três pontos: o lugar de ideal que ocupa na sociedade (FERRÃO & POLI, 2014), as transformações do corpo comuns nesta fase, e o desejo de ser livre. “*Quer estar fora, com os outros, quer viver como os outros, ser livre*” (LACADÉE, 2011). Talvez, em nenhuma outra fase do ciclo da vida, as mudanças sejam tão radicais e abruptas. Entre estes três pontos, ressalta-se as transformações do corpo e

o papel significativo que possuem nesse processo, sobretudo por estarem relacionadas ao narcisismo e à ideia que o adolescente faz de como é aos olhos dos outros. É o prazer estético, citado por Calligaris (2000), o desejo de estar bem com este corpo que cresce e com a sociedade que o percebe.

Com frequência, o adolescente percebe as modificações de seu corpo como sendo outro corpo arrebatando, de maneira real, a terna despreocupação de sua infância e subvertendo os significantes ideais do Outro parental: tomado por um sentimento de estranheza em face de sua metamorfose, ele se depara com algo de intraduzível na língua do Outro e se confronta com um impasse, com o sentimento de um vazio matizado de vergonha. (LACADÉE, p. 27-28, 2011).

Moreira & Rosário (2015) afirmam que a adolescência refere-se à um processo de reorganização do mundo pulsional (afeto, desejo, gozo, identificação), o que consiste no desafio de substituir o corpo infantil por um corpo sexuado e a aquisição da sexualidade genital, que resulta no distanciamento dos objetos edípicos. *“O sujeito sai da cena familiar e caminha para a cena social”* (MOREIRA & ROSÁRIO, p. 23, 2015). *“Se o sujeito faz um signo com seu comportamento, qual será seu parceiro?”* (LACADÉE, p. 40, 2011).

A adolescência então, a princípio, surge como um perigo para o indivíduo, especialmente pela busca da autonomia que os adultos já possuem (CALLIGARIS, 2000). As mudanças, impõem ao sujeito nova posição subjetiva (MOREIRA & ROSÁRIO, 2015), e a tentativa de contornar esse vazio o permite construir novas referências, ao inventar outros parceiros, cenas, comunidades de vida, lugares de tradução e nesse grande desvio até mesmo correr risco, colocando sua vida em jogo. Como nos ensina Lacadée (2011), o impasse está em saber qual preço o adolescente terá que pagar para ultrapassar essa etapa de riscos, que é a do encontro do sujeito com o remanejamento da vida sexual infantil e da escolha do objeto de amor.

É importante considerar que há várias adolescências e não podemos perder de vista a singularidade na qual cada um vivenciará a sua. Pensando nos adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas, sabemos que a experiência na cidade não é o único ponto que os diferencia. Segundo Rosa & Vicentin (2010), o processo de adolecer é trabalhoso e varia muito em intensidade, momento disparador e consequências na interação familiar, amorosa e social. *“Assim, há várias adolescências – cada adolescente expressa uma adolescência singular – e não uma adolescência, um único perfil que nos faz crer que conhecemos antecipadamente o jovem”* (ROSA & VICENTIN, p. 118, 2010).

Rassial (1997) faz menção à metáfora da pane, ao referir-se à desestabilização das referências básicas, que ocorre na adolescência. Seria o mesmo que ficar imóvel diante de uma situação em que o indivíduo se vê dentro de um carro que, abruptamente, para na estrada por uma desestabilização do motor. De acordo com o autor, no caso da adolescência, perceber as referências enquanto ineficientes e inadequadas provoca uma pane, em seus pensamentos e em seus investimentos, assim como nas diferenciações estruturantes entre o discurso e o agir, o objetivo e o subjetivo, o pequeno outro e o grande Outro, entre o passado, o presente e o futuro, o familiar e o social, etc.

Para Rassial (1997) há uma distinção entre puberdade e adolescência, ou seja, entre a exigência de uma “reapropriação egóica” do corpo e a necessidade de construir novos ideais, favorecendo o conceito de um tempo mais lógico do que cronológico. A puberdade pode, assim, mobilizar um processo adolescente, mas não é a única maneira dela se manifestar. As transformações do corpo vão exigir do adolescente uma nova apropriação da imagem desse corpo que mudou de valor. O que vemos acontecer na adolescência é uma falência da metáfora paterna, na medida em que os pais não são mais ancoragens do lugar do Outro. Rassial (1997) ressalta que se essa pane imaginária do Outro ancorado na família é estruturante, ao mesmo tempo, é uma situação de risco. O sujeito pode substituir a família por outro laço grupal que funcione de forma parecida, como o que vimos acontecer com os adolescentes dessa pesquisa. A ida para a rua, em 04, dos 05 adolescentes entrevistados, fragilizou os vínculos familiares. Outros casos, já acompanhados na semiliberdade, apontaram para um perfil em que houve um rompimento total com a família. Como bem pondera Gregori (p. 69, 2000):

(...) é preciso lançar a hipótese de que, nos casos em que os meninos começam a ter suas vivências mais pautadas por uma sociabilidade com o universo da rua, pode estar ocorrendo um processo que se inicia no núcleo familiar e na experiência com a escola. Ao investigar muitos históricos familiares, encontrei situações de um conflito sistemático desses meninos com o pai, o padrasto, a mãe, a madrasta, irmãos, parentes ou afins. Quando não há conflito explícito, existe alguma dinâmica – tecida na privacidade e cotidianamente – de perda de lugar desse menino ou menina no contexto familiar. Quanto à escola, poucos não são os relatos de expulsão ou conflito com professores, diretores ou colegas. O motivo mais alegado: mau comportamento.

Rosa & Vicentin (2010) ponderam sobre as características particulares de algumas adolescências (o que é possível incluir a Trajetória de Vida nas Ruas), quando as perspectivas sociopolíticas e econômicas dificultam o acesso, entre os grupos sociais, ao mundo produtivo

e à independência econômica. De acordo com as autoras, esse contexto social produz desdobramentos importantes, a começar na família, onde se processa um distanciamento, ou mesmo uma quebra da identificação da geração anterior com a atual, dinâmica relacional que gera ambiguidade dos pais em relação à própria posição em relação aos filhos.

A inscrição do nome-do-pai ou sua forclusão devem conservar, na adolescência, sua própria eficácia, além da metáfora paterna. O que sustenta esta hipótese está no declínio da função paterna, que não é só imaginário, mas afeta a própria inscrição simbólica do sujeito (RASSIAL, 1997). O adolescente sofre o que Rassial (1997) chamou de “desqualificação imaginária do Outro”. Ou seja, o pai, ou quem quer que esteja ocupando tal lugar, vai declinar da função paterna. O novo encaminhamento que se dará ao Édipo é a saída das encarnações feitas anteriormente da família para o laço social. O adolescente vai em busca de novos nomes-do-pai para ancorar sua falta, ou seja, todos esses caminhos que os adolescentes tomam, sejam através do esporte, da arte, de uma atividade que lhe dê profissão, etc, são novos rearranjos do Édipo não mais dirigidos à família, mas para o laço social. São esses novos investimentos que darão ao adolescente um lugar na sociedade, em que possa falar em nome próprio e assumir uma posição singular no cenário social. Segundo Lacadée (2011), é nesse encontro com o cenário social que o adolescente pode amparar-se na nova relação de gozo que mantém com seu próprio corpo e o leva a descobrir seu lugar.

Freud (1977, v. 19, p. 217) em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), afirma que o complexo de Édipo revela sua importância como fenômeno central do período sexual da primeira infância. Após isso, efetua-se sua dissolução, ele sucumbe ao recalque e é seguido pelo período de latência. É pela via da castração que meninos e meninas abrem mão dos objetos parentais. No caso do menino, o temor da castração fará tomar o caminho a favor do seu narcisismo, enquanto que a menina procurará compensar sua falta através do desejo de ter um bebê. Freud (1977, v. 19) coloca que os investimentos objetivos são abandonados e substituídos por identificações.

Partindo do que Freud e Lacan concebem como reativação do Édipo na puberdade somado à ênfase que Rassial (1997) concede à passagem do adolescente da família ao laço social, o grande salto que deverá ser dado pelo adolescente reside na mudança dos amores incestuosos para outros fora do âmbito familiar na conquista de um lugar na sociedade. Isso quer dizer, também, que o adolescente deverá começar a se responsabilizar por seus atos. Nem tudo pode ser mais respondido apenas pelo pai. Por outro lado, aqueles que não conseguem ultrapassar a adolescência repetirão sua vivência edípica transformando a adolescência em um sintoma.

Na adolescência, as palavras certas para dizer o que se transforma parecem mais ou menos caducas, pois o tempo é arrancado de seu desenrolar linear. Os laços de causalidade que mantêm juntos certos acontecimentos cedem ou se distendem, criando espaços vazios, de onde emergem ficções. Tais ficções que o adolescente constrói para sair do túnel são também tentativas de traduzir em palavras o novo que o arrebenta. A Psicanálise de orientação lacaniana traz um esclarecimento inédito sobre esse túnel, esse tempo em que o encontro sempre contingente com a inexistência do Outro pode levar ao pior, ou seja, quando o ódio de si mesmo conduz alguns a patologias depressivas ou suicidas. Ela pode esclarecer a maneira pela qual essa transição é uma tarefa de tradução. (LACADÉE, p. 35, 2011).

É importante considerar o encontro da adolescência com a medida socioeducativa, sobretudo com a medida em questão: a semiliberdade. E não se pode ignorar o efeito do encontro com o outro na adolescência. A semiliberdade, segundo Bento (2015), é executada em casas específicas do Estado com outros adolescentes que receberam a mesma medida socioeducativa. É nesta experiência de vida em um mesmo espaço físico que, segundo o autor, podem surgir os fenômenos de grupo como: estabelecimento de lideranças, tendência à padronização de estilo de vestimentas e linguagens, formações de consensos e regras próprias, movimentos que podem tanto aparecer, quanto interferir no cotidiano da casa de semiliberdade e no cumprimento da medida.

Considerando o inevitável encontro com o grupo na semiliberdade, ouvimos do supervisor de segurança de uma das casas sobre grupo e acolhimento: este relatou que o adolescente, quando admitido na casa é acolhido pela equipe técnica e de segurança, e por vezes, até os próprios adolescentes realizam “*de boa*” (sic) um acolhimento próprio, improvisado. Arnaldo Antunes também apostou no acolhimento e nos mostrou em sua canção que “a casa é sua!”. Quer acolhimento melhor? Convidar alguém para se apropriar de um espaço, como se fosse dele. No caso dos adolescentes, o convite é real, mas para uma ocupação temporária. O acolhimento é para uma casa que não pode ser dos adolescentes e que diz respeito à uma determinação judicial. Há, portanto, uma obrigatoriedade na ocupação desta casa, o que a difere, significativamente, da casa que conhecemos na canção de Arnaldo Antunes.

A porta de entrada de um adolescente em situação de rua, ou mesmo na *vida loka* (na palavra deles), precisa se organizar no interior dos contornos de uma lei que oferece norte e acolhida (MOREIRA & ROSÁRIO, 2015), mas que está vinculada à uma obrigatoriedade, estamos falando de uma medida judicial, a medida socioeducativa de semiliberdade. Roberta

Romagnoli (2015), a partir de pesquisas realizadas em serviços do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), traz sobre o efeito do acolhimento e lança contribuições sobre o tema. Segundo a autora, o acolhimento consiste em uma prática que se efetua na intercessão, no encontro entre formas e forças, sustentando práticas de cuidado. Neste sentido...

Para acolher uma família e sustentar essas intercessões com a diferença, com a alteridade, percebemos que certas prudências são indispensáveis. Uma delas diz respeito ao conhecimento da determinação social, histórica e cultural do grupo familiar, pois é uma das maneiras de escapar aos efeitos do dominante que muitas das vezes não nos permite reconhecer as singularidades desses grupos (ROMAGNOLI, p. 109, 2015).

A questão é que Arnaldo Antunes nunca cumpriu uma medida socioeducativa, sobretudo a semiliberdade, fato! Mas a sua genialidade na canção discorre sobre alguém que não volta. E a nossa grande questão nesta medida socioeducativa é: e se o adolescente não voltar? Relatos das equipes nos mostram que o mais difícil não está em lidar com os embaraços da adolescência na medida, mas está em abrir o portão da casa, porque com isto vem o receio da evasão. Ainda assim, trabalhar com uma semi-“liberdade” (ou seria uma semi-privação?) é conviver com a constante incerteza, sobretudo com a decisão que um adolescente pode ter de sair e não voltar (VASCONCELOS, 2015), ainda que esteja vinculado a uma determinação judicial.

3.2 Semi-privação ou semi-liberdade? – Um percurso pelo conceito de “restrição de liberdade”

A adolescência nas casas de semiliberdade não é diferente de uma casa cheia de adolescentes, daquelas com que estamos acostumados, com a agitação comum desta fase. No entanto, há um ponto da semiliberdade que nos impõe muitas interrogações: a restrição de liberdade. Viver restrito, de acordo com alguns técnicos que atuam nesta medida, é viver com a liberdade limitada. É poder circular, mas ao mesmo tempo, sempre ter que voltar. Este é o desafio da medida, “a medida que a liberdade tem”.

Nos dicionários brasileiros não existe a palavra “semiliberdade”. Foi realizada também uma pesquisa nos dicionários *on line* e também não foram encontrados resultados.

Não há como pensar em restrição de liberdade sem revisitar tal conceito: afinal, o que é liberdade?

Lúcia: Liberdade você tem que/ você tem que dar valor, porque quem conhece assim de uma só, dá valor. Por que... tem dia que faz frio aqui (unidade de internação), tem dia que faz calor, aqui você passa de tudo um pouco. Tudo você tem que depender dos outros. Então lá fora você já/ tudo que você quer tem que fazer com a sua mãe, aqui não. Aqui pra você beber uma água, tem que depender dos agente, apagar a luz tem que depender dos agente. Pra você comer, tem que depender deles, pra tomar banho, tudo depende deles. Liberdade é uma só por isso que eu falo com você, dá valor, porque... se Deus tá com nós, ninguém tá contra nós, porque liberdade é uma só, dá valor! (sic)

As discussões sobre o conceito de liberdade são amplas e perpassam séculos de história no campo filosófico. Drawin (2014) traz a liberdade como algo que se inscreve no campo da subjetividade e a faz dialogar com o campo da justiça. Para o autor, Platão faz uma correspondência entre a vida da comunidade política (pólis) e a vida moral do indivíduo (psyché), neste sentido, a moral tem sua ordenação normativa orientada pela virtude. Drawin (2014) traz a lei em seu significado jurídico, submetida por uma norma de justiça que a ultrapassa, limita e justifica, e a liberdade, em seu significado individual, submetida a uma norma de virtude que a configura, orienta e realiza.

Na concepção clássica, a liberdade não se reduz ao arbítrio individual e a justiça à coerção legal (DRAWIN, 2014), desta forma, tanto a liberdade quanto a justiça estão mediadas pela razão. Assim, Drawin (2014) conclui que a vida partilhada, em comum, como nas casas de semiliberdade, possibilitam a subjetivação da liberdade como experiência concreta e não como uma guerra de todos contra todos. O laço com o outro, de acordo com Moreira (2014), introduz uma nova dimensão de temporalidade na vida, ultrapassando a dura verdade da morte, porque com o outro podemos criar memória e o tempo na semiliberdade pode ser a oportunidade de pensar sobre as motivações que os aprisionam na ilusória liberdade de se vincular ao crime.

Temos inicialmente, duas concepções: a compreensão clássica da liberdade como causa de si e a compreensão moral da tradição metafísica que entende a liberdade como livre-arbítrio. Ambas estão estritamente ligadas. A noção da liberdade como causa de si surge de Aristóteles e foi incorporada ao pensamento cristão através do pensamento de Tomás de Aquino, filósofo que na idade média retoma o pensamento aristotélico para a fundamentação racional do pensamento cristão. A liberdade é, para a tradição cristã, uma liberdade normativa

que considera o homem livre para agir segundo sua vontade, tornando-o responsável por suas ações (SILVA & AZEREDO, 2011).

A justiça política, segundo Aristóteles (1991), existe apenas entre homens cujas relações mútuas são governadas pela lei, sendo que, a lei existe para os homens entre os quais há injustiça do justo e do injusto. Havendo injustiça entre homens, também há ações injustas, e estas consistem em atribuir demasiado a si próprio as coisas boas em si e, demasiado pouco, as coisas más em si.

Aristóteles liga vontade e liberdade (ARISTÓTELES, 1991). Para o filósofo, a liberdade é absoluta, incondicional e, portanto, não possui limitações, é livre aquilo que é causa de si mesmo. Refere-se ao princípio da ação voluntária, como sendo aquela que depende apenas da vontade humana, sendo assim o homem, o único responsável por suas ações. A escolha parece ser voluntária e está mais ligada à virtude do que as ações. É importante observar que a base para o princípio de voluntariedade em Aristóteles, está na relação ação/ vontade, o que faz com que o homem se torne causa de si. O homem só pode tornar-se responsável na pressuposição da ação livre, do contrário não haveria culpa. Deve-se a isso o fato da responsabilidade estar estritamente ligada a liberdade. Moreira (p. 64, 2014) lança a reflexão: como a liberdade age no processo de responsabilização e reposicionamento subjetivo dos adolescentes em cumprimento da semiliberdade diante da própria vida?

A ideia de liberdade na Filosofia Grega teve em Platão e em Aristóteles os seus representantes máximos. Embora Aristóteles tivesse sido discípulo de Platão, há um ponto que separa os pensamentos dos dois. Platão acreditava na existência de dois mundos, o mundo sensível e o mundo inteligível, mas só considerava como real o mundo inteligível, enquanto que Aristóteles acreditava na existência de só um mundo, construindo as suas ideias a partir de um pensamento baseado no mundo sensível.

O declínio da concepção clássica da liberdade, se é que podemos fazer uma breve consideração (se aprofundássemos resultaria, por si só, em um novo capítulo neste trabalho), segundo Drawin (2014), vem do rompimento entre o eixo indivíduo/ sociedade com a primazia do bem comum, liberando a figura de um indivíduo egocêntrico, causado por suas necessidades e interesses. O que ocorre então...

Como se pode ver o eixo externo-interno se inverte inteiramente, pois a primazia da razão metafísica é substituída pela prioridade da racionalidade objetiva e empírica o que leva ao desaparecimento da interioridade como dimensão constitutiva da

subjetividade humana e sua redução a mero reflexo das condições externas (DRAWIN, p. 47, 2014).

Para Drawin (2014), fenômenos ocidentais como a conquista da liberdade de expressão, o repúdio ao fanatismo religioso, à tortura judicial, a todo tipo de arbítrio religioso e estatal e a afirmação dos direitos humanos só foi possível com o surgimento da figura do indivíduo como agente racional separado do grupo social e da identidade cristã tradicional. O psicanalista cita Hobbes, ao mencionar que este mostrou que o temor da guerra e da morte violenta impôs ao indivíduo egocêntrico a mudança do estado de natureza para o estado civil. Isto significa que o ser humano é atravessado por um movimento essencial, contínuo, que o leva a buscar incessantemente os objetos e que produz a sensação de prazer quando bem-sucedido e de dor quando obstaculizado (DRAWIN, 2014).

Moreira (2014) tece suas reflexões sobre a liberdade a partir da teoria kantiana e os seus escritos sobre a moral. Segundo a autora, Kant quer alcançar a ideia de liberdade pela confirmação de nossa presença no mundo inteligível.

Nós, humanos, vivemos o paradoxo de sermos seres fenomenais, gozando da liberdade do mundo inteligível. Essa dupla condição é marca do paradoxo humano. Assim, a todo ser racional que escapa à determinação sensível, teremos que atribuir, necessariamente, uma vontade livre, que possibilita ações independentes de influências estranhas. Essa liberdade é justamente a causalidade da ação, isto é, a capacidade da vontade humana de autodeterminar-se, impor a si mesma uma lei, livre de móveis exteriores (MOREIRA, p. 66, 2014).

Segundo Moreira (2014) Kant nos revela o paradoxo da existência humana, que consiste em sermos livres no reino moral, autodeterminando nossas ações, mas ao mesmo tempo sendo determinados por inclinações sensíveis e interesses particulares. Isto significa que pertencemos a dois mundos, ao mundo inteligível e ao mundo sensível. Moreira (2014) afirma que, para Kant e Schopenhauer, a liberdade habita o mundo inteligível, associada ao problema moral e complementa que, para Kant, a liberdade se faz presente no mundo sensível quando o sujeito age racionalmente.

O pensamento schopenhauriano parece oposto ao kantiano, pois para o primeiro existe uma liberdade no agir, ou seja, no mundo sensível e se questiona a liberdade do querer, da vontade, ou seja, no mundo inteligível. Na verdade, acreditamos que Schopenhauer (1819) radicaliza a dúvida kantiana sobre as condições da liberdade, perguntando se a vontade divina é livre (MOREIRA, p. 68, 2014).

Moreira (2014) traça os três níveis da reflexão schopenhaueriana sobre a possibilidade de liberdade: estético, ético e místico. Sendo assim, a ação ética consiste na consciência do outro, ou seja, a questão da reflexão moral, o sujeito compreende que ele e o outro são constituídos dos mesmos princípios, portanto, ferir o outro é ferir a si mesmo. “*A liberdade possível se encontra no enlace ético com o outro*” (MOREIRA, p. 69, 2014).

Partindo do ponto de partida dos conceitos de liberdade, vamos pensar a restrição. O que pode significar para o indivíduo a restrição da liberdade? Dois pontos importantes perpassam a semiliberdade: a restrição da liberdade e a institucionalização. Há sujeito na privação parcial da liberdade?

Foi importante fazer esse percurso por diferentes concepções de liberdade para chegar às reflexões sobre como os adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade lidam com a liberdade. De acordo com Moreira (2014) na semiliberdade os adolescentes vivem diferentes encontros com a liberdade, através das atividades externas, como a escola, as atividades esportivas e culturais, os cursos, o trabalho e as visitas à família. Neste último aparece o desafio do reencontro com a sua comunidade, que muitas vezes representa revisitar o local da atuação infracional.

Lúcia: Semiliberdade é uma... uma medida que você paga. É uma internação, só que uma internação em aberto, de seis (meses) a três (anos). Lá... você fica quarenta e cinco dias lá dentro da casa, mas () se não pode ir pra casa. Semiliberdade é... você vai final de semana pra sua casa, é uma medida boa de pagar. Se você não souber pagar, você/ lá é tudo assim... porque você estuda sozinha, você sai sozinha. Se não souber pagar... é uma medida muito boa de pagar. Final de semana cê vai na sua casa, vocês faz curso, estuda sozinha, você... faz de tudo lá. Lá tem muitas oportunidade boas pra você aproveitar bem a vida (sic).

A semiliberdade oferece a oportunidade para encenar o ato de libertar-se dos domínios da lei e, assim, atualizar o paradoxo humano da liberdade com determinações. Todavia, para além desta relação com a liberdade, a medida oferece para o sujeito a oportunidade de elaboração dos seus atos e reflexão sobre as motivações dos mesmos, colocando uma nova discussão sobre a liberdade possível para construir uma história própria (MOREIRA, p. 71, 2014).

Embora restritiva e “institucionalizante”, a semiliberdade tem no “dentro” o núcleo duro da medida – a privação, e no “fora”, a oportunidade de mostrar ao outro que a responsabilização pelo ato infracional passa pelo encontro com a liberdade. Deste modo, seria

esta uma definição para a restrição de liberdade no âmbito do socioeducativo: a limitação do encontro com a liberdade; a limitação do ensaio de uma movimentação livre dos domínios da lei (MOREIRA, 2014). Restrição é limitar o encontro do adolescente com a liberdade. Cada adolescente tem o seu jeito de cumprir a medida a partir da forma como inscreve esse encontro com a liberdade na sua história, alguns resistem, atuam e tendem a caminhar na direção do aprisionamento, ao atuar e serem responsabilizados nas comissões disciplinares, tendo a liberdade restrita e um prolongamento da permanência na medida judicial. Outros, fazem da casa de semiliberdade um local de passagem, vivenciando o encontro com a liberdade como uma oportunidade de desligamento da medida judicial.

A liberdade na semiliberdade, embora restrita, está dada, faz parte da medida. Não existe semiliberdade sem liberdade. Quanto mais o adolescente ensaia o encontro com a liberdade e responde a esta experiência na sua posição subjetiva, de modo a possibilitar dar outros rumos para a sua vida, mais próximo ele se encontra de sua total liberdade, ao resolver a sua situação com a justiça. Considerando que na adolescência a experiência da liberdade é um ensaio, acompanhar as saídas que eles constroem para serem livres e potencializar as possibilidades alcançadas no encontro, supostamente bem sucedido com a liberdade, é um desafio para os operadores da medida. É preciso compreender a dificuldade de alguns adolescentes de se situarem no terreno da liberdade, pois a liberdade se encontra no enlaçamento com o outro (MOREIRA, 2014) e a restrição significa transitar pela privação e pela liberdade o tempo todo, quando afirmamos que na semiliberdade o dentro e o fora se complementam.

Conforme Moreira (2014), a liberdade reside no “esse”. Isto significa que o sujeito, dentro das mesmas circunstâncias, em diversos momentos, poderia agir diferente se fosse um outro ser, o que significa que a responsabilidade está no caráter e não no ato. É no “esse” que os adolescentes podem inscrever uma liberdade, o que significa uma liberdade de posição subjetiva no interior das possibilidades da vida.

3.3 En Un Hotel de Mil Estrellas¹¹

“En Un Hotel de Mil Estrellas” é o título de uma música Argentina que fala sobre pessoas que moram na rua. A canção nos faz refletir sobre a influência do espaço nas pessoas que fazem da rua sua moradia e, principalmente, sobre o modo pelo qual se apropriam do espaço público, a partir das coisas que lhes acontecem estando nesta condição.

“A rua é um hotel de mil estrelas?”, isto nos faz pensar na exposição a um céu estrelado e na solidão da rua. Por mais que esteja com muitas pessoas, ao mesmo tempo, se está sozinho. Não há companhia e nem privacidade. Há dor.

A rua é, essencialmente, lugar de perdas. Perde-se a casa das lembranças, deixando, quando não um vazio de história, uma pobreza de vida, perdem-se os espaços de intimidade, os espaços de solidão, a vivência do silêncio, sendo jogado num mar barulhento. O ser protetor, a maternidade da casa, é perdido. Perdem-se hábitos só possíveis no movimento de habitar... a casa, lugar dos valores de intimidade. O sujeito é expropriado. (FERREIRA, p. 35, 2001).

Aprendemos através da cultura que tudo o que se passa dentro de uma propriedade privada é do campo do privado, e tudo o que se passa fora deste espaço é do campo do público. Sabemos, desde cedo, que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços (DA MATTA, 1991). Da Matta (1991) sugere que temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações. Para Ferreira (2001) casa e rua ditam éticas particulares, trocar esses espaços significa causar risos ou mal-estar. “*Limparamos a casa e sujamos a rua*” (FERREIRA, p. 30, 2001).

O dicionário traz “casa” e “rua” como oposições. Para Da Matta (1991) tal oposição tem aspectos complexos. Trata-se de uma oposição dinâmica e relativa...

(...) porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou seu “ponto”. Neste sentido, como já acentuei uma vez, a rua pode ter locais ocupados permanentemente

¹¹ Música da banda Argentina “Los Rodríguez”.

por categorias sociais que ali “vivem” como “se estivessem em casa”. (DA MATTA, p. 39, 1991).

Da Matta (1991) afirma que não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem que isto crie alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito. Segundo ele, demarcar espaços não é apenas separar fronteiras, como separar um pedaço do chão do outro, é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade da propriedade privada. Tanto o tempo quanto o espaço são invenções sociais (DA MATTA, 1991).

A questão é que nas casas de semiliberdade, ou melhor, enquanto os adolescentes estão restritos de liberdade, o que se passa dentro da casa tem que ser do conhecimento de toda a comunidade socioeducativa. Então, o que pode ter de privado em uma Casa de semiliberdade? A liberdade é restrita, mas a subjetividade não, portanto, não podemos perder de vista, na condução dos casos, que há indivíduos diversos em um mesmo espaço e ainda que, sob um mesmo conjunto de regras, estamos sempre trabalhando com o que há de mais singular em cada um.

Nas casas de semiliberdade os acontecimentos são tratados sob o prisma de uma medida judicial, isto significa que existem regras que orientam as ações, seja da convivência, seja na responsabilização pelos atos cometidos, contudo, sabemos que no universo privado das nossas casas, contexto distinto da semiliberdade, as questões são tratadas sob um prisma familiar, doméstico, íntimo, pessoal, em oposição ao que teria lugar na rua; anônimo, impessoal, estranho (FERREIRA 2001). Essa demarcação de espaços na semiliberdade coloca uma questão: a rua é o espaço (des)regrado da medida. Há um saber que se produz na rua, que muitas vezes é proibido na casa (et al) .

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas também cada lugar, imerso numa comunhão com o mundo, torna-se diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade (SANTOS, p. 213, 2006). A relação com o espaço não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam (et al). O mundo ganha sentido por ser esse objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação (et al).

De acordo com Ferreira (2001) “casa” e “rua” são palavras que não indicam apenas lugares e espaços geográficos, mas, acima de tudo, esferas de ação social, entidades morais,

provinciais éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por isso, capazes de despertar emoções, reações, leis, imagens e comportamentos. Desta forma, a moral e os valores da casa são tão valorizados que as instituições, inclusive as casas de semiliberdade, tentam ser uma extensão dela.

Da Matta (1991) nos lembra das metáforas e símbolos onde a casa é contrastada com a rua, como a própria expressão “no olho da rua”, e nos situa de que, na nossa sociedade a casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como área especial, onde todos se relacionam entre si, ou seja, relacionam-se por meio de laços consanguíneos, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa metáfora da própria sociedade brasileira.

Da palavra “casa” vem também “casamento, casadouro e casal”. Da Matta (1991) afirma que se trata de expressões que denotam um ato relacional, coerentes com o espaço da morada e da residência.

Por tudo isto “ser posto para fora de casa” significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de “amor”, “carinho” e “consideração”. Do mesmo modo, “estar em casa”, ou sentir-se em casa, fala de situações onde as relações são harmoniosas e as disputas devem ser evitadas (DA MATTA, p. 38, 1991).

Se a casa é o espaço da calma, repouso, recuperação e hospitalidade, ou seja, de tudo aquilo que define a nossa ideia de amor, carinho e calor humano, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso (DA MATTA, 991). Trata-se de uma terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. Para o autor, a rua é um local perigoso, e até sombrio, sobretudo quando se trata de uma primeira vez, sozinho, seguindo sua própria cabeça, acompanhando apenas as pessoas de sua idade, estando sujeito a todos os perigos e tentações que recheiam aquele espaço.

Marcel relatava sobre a permanência nas ruas, dizia não ter amigos. Segundo ele, “*sou muito cismado*” (sic), não conseguia confiar nas pessoas. Por vezes chegava aos atendimentos com as unhas grandes, afirmando ser esta a forma de se defender. (MOURÃO & VASCONCELOS, p. 136, 2013)

Na semiliberdade casa e rua se conectam. A medida se constitui de passagens, da rua para a casa, e da casa para a rua, neste sentido, não só dois espaços estão em contato mas também dois tipos de temporalidade. O primeiro diz respeito ao tempo da casa na medida judicial, da rotina, as regras, atividades e da convivência com os adolescentes e a equipe socioeducativa. O tempo da casa tem duração cíclica, que se repete todas as vezes que alguém deixa, ou entra na casa. O segundo é o tempo da rua. Um tempo linear, atravessado por uma duração cumulativa e histórica (DA MATTA, 1991).

O fato é que falamos da rua de dentro das nossas casas e o que a rua representa para nós, em princípio, é negativo.

A sexualidade vivida na rua é imoral. Falam que as prostitutas são “mulheres da rua”. Mas a rua é também um recanto do imaginário. A rua guarda um certo fascínio, promessas... liberdade, prazer, novidade, encontro e uma certa obscenidade. Na rua procura-se o que não se tem. (FERREIRA, p. 32, 2001).

Historicamente, sem dúvida, havia no Brasil uma tendência de buscar resguardo e proteção nos espaços fechados, contudo, tomando como foco as reflexões de Gregori (2000), é preciso considerar que a rua teve (e ainda tem) outra significação: “*Ela é agasalhadora da miséria*” (GREGORI, p. 64, 2000). Segundo a autora, trata-se de uma expressão antiga, mas que traduz um sentimento de risco, de recuo e também de busca, ou seja, assim como significa perigo, de alguma forma sempre acolheu os desvalidos, que nela encontram algum tipo de benefício.

Em nome de procurar o que não se tem, de procurar o que falta em casa, é que crianças e adolescentes chegam à rua (FERREIRA, 2001). Esta é a interpretação mais comum, no entanto, existem outras hipóteses para o fenômeno da situação de rua, inclusive, “*a falta de oferecimento, pelo social, de um lugar simbólico onde o sujeito possa reconhecer-se como singular e como pertencente a uma coletividade*” (FERREIRA, p. 32, 2001). Mas quem são os meninos de rua? E de que casa falam os meninos de rua? Supomos que são aqueles que fazem moradia no espaço público, não se trata da casa e da rua culturalmente dissociados e espacialmente contrapostos, assim mesmo, conforme descreve Arantes (1994), preservam um espaço público com lances de intimidade.

A psicanalista Tânia Ferreira (2001) discorre sobre a possibilidade de que, na rua, meninos e meninas atuam suas vivências traumáticas, pela via da repetição, ao mesmo tempo em que buscam na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa. A autora conclui que, “*viver na rua é, então, abrir as portas para uma vivência sempre*

traumática. Livres da rotina, pois a rua impõe uma cotidianidade extraordinária, vivem sob uma certa liberdade vigiada” (FERREIRA, p. 33, 2001).

3.4 No olho da rua

Marcel iniciou sua trajetória de vida nas ruas com 14 anos de idade, após a separação dos pais. (...) trouxe o seu histórico familiar como algo complexo ao próprio olhar, afirmando que sua mãe havia o abandonado e fugido com o amante. Para Marcel “*eles fugiram e esqueceram de mim*” (sic). Tal angústia se tornara presente em seus pensamentos e Marcel só remetia a um desejo, o de encontrar a mãe. (MOURÃO & VASCONCELOS, p. 133, 2013)

No olho da rua: expressão popular que define a situação de quem se vê demitido... Dispensado do emprego. Quando analisamos a expressão à lupa, revela-se uma exposição. A ideia é de algo que se vê exposto aos olhos dos outros. Da Matta (1991) faz referência às expressões “vá para a rua” ou “vá para o olho da rua”, como afirmativas que exprimem a ligação dramática da casa com a rua.

Expressões que denotam o rompimento violento com um grupo social, com o conseqüente isolamento do indivíduo, agora situando-se diante do mundo “do olho da rua”, isto é, de um ponto de vista totalmente impessoal e desumano. Do mesmo modo, se diz “estou (ou fiquei) na rua da amargura” para designar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social (DA MATTA, p. 37, 1991).

Esta expressão também é usada para mandar alguém para fora de nossa casa. Ferreira (2001) utiliza dessa expressão para referir-se aos adolescentes que fazem da rua o seu lugar de moradia. Em Belo Horizonte, meados da década de 90, estes adolescentes eram conhecidos como “trombadinhas”. Os trombadinhas circulavam pela cidade, com roupas sujas e rasgadas, descalços e em alguns casos com um cobertor envolvendo o corpo. Eram conhecidos por roubarem as bolsas das mulheres, houve uma época em que eram ainda mais temidos pelas mulheres de cabelos longos, porque eram abordadas e tinham os seus cabelos cortados e vendidos por eles na cidade. Não estava comprovado que todos os adolescentes com este perfil infracionavam, mas era fato, todos eram temidos pela população ao serem vistos circulando pela cidade.

Nesta última década, o que ainda se vê são meninos e meninas circulando por diversos pontos de Belo Horizonte. É comum vê-los no centro da cidade e em bairros da zona sul, como nas conhecidas praças da Savassi e do Papa. Arantes (1994) narra o movimento dos meninos de rua na região central de São Paulo. O autor relata que na praça Dr. João Mendes, eram vistos como os novos anti-heróis do centro da cidade. Na Praça da Sé, tornaram-se objeto de intervenção das ações assistencialistas e das “pessoas de boa vontade”. Arantes (1994) narra o movimento desses adolescentes neste lugar por onde todos passam e ninguém permanece.

(...) crianças e adolescentes aí vivem a sua condição híbrida de seres culturalmente invisíveis, que mimetizam a paisagem urbana como se fizessem parte dela, e ao mesmo tempo são objeto de ações caritativas e de políticos sociais; de jovens entretidos em suas brincadeiras ingênuas, em seus afetos e dramas pessoais e, não obstante, pessoas tidas como violentas e perigosas que, ao se aproximarem de quem passa, provocam medo e agressividade. Perto do chafariz, logo à saída do metrô, meninos e meninas conversam em grupos de cinco ou seis, namoram, brincam e cheiram cola ou esmalte em sacos plásticos reaproveitados, “fazendo a mente”. (ARANTES, p. 194, 1994).

Há uma discussão entorno das expressões... Como se referir a esses meninos e meninas, sem a utilização de nomenclaturas que vitimizam ou criminalizam a vivência na rua? Na cidade de Belo Horizonte, a política de assistência social criou o termo Trajetória de Vida nas Ruas, muitas vezes substituído pelos profissionais que atuam nos serviços de atendimento à população de rua pela sigla “TVR”. Campos (2008) afirma que a rua mostra os mais diversos perfis de crianças e adolescentes, e descreve alguns fatores que permitem identificar a trajetória de vida nas ruas:

Utilização da rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo casas abandonadas, terrenos baldios, etc.) como local de moradia, trabalho (informal), lazer, construção e vivência de relações socioafetivas; falta de proteção/orientação por adultos responsáveis, isto é, ausência de suporte familiar; abandono da escola; vínculo familiar e comunitário fragilizado ou inexistente; uso de substâncias psicoativas; práticas de mendicância e de delitos; aspectos de abandono e descuido com a aparência e saúde; baixa auto-estima (CAMPOS, 2008, p. 39).

Outro termo utilizado pela política de atenção à população de rua em Belo Horizonte é “situação de rua”. No entanto, não há na literatura pesquisada e nem mesmo nos instrumentos

metodológicos que orientam a execução do serviço de atendimento a este público a descrição desta terminologia. O fato é que a literatura traz os termos “menino de rua” e “menino na rua”. Trata-se de um público que faz da rua seu espaço de moradia e de ordenação de sua identidade, do ponto de vista do senso comum, Gregori (2000) descreve que o menino de rua é todo aquele que está nas ruas, trajando uma roupa identificada à miséria.

Ferreira (2001) traz a seguinte reflexão sobre o termo “menino de rua”:

Uma primeira pontuação necessária reside no termo já naturalizado “meninos de rua”. Há nessa expressão uma sutileza que não podemos deixar de escutar. Dizemos “meninos de rua” com a mesma naturalidade com que se diz “menino de fulano” ou “menino de Dr. Cicrano”. A preposição “de” denota uma relação de posse, pertinência, proveniência, origem. Não são da mãe ou do pai, como dizemos de outras crianças, “este é de José”, mas de rua. Quando passamos a dizer os **meninos e a rua**, colocamos os dois termos em relação, retificando uma representação já cristalizada, uma vez que a representação que se tem dessas crianças e adolescentes define o tipo de tratamento que se dá a elas. Interessa-me interrogar a relação que essas crianças estabelecem com a rua. (FERREIRA, p. 43, 2001)

Pelas ponderações de Ferreira (2001), entende-se que esses meninos e meninas não são da mãe ou do pai, mas de rua, excluindo a presença de um responsável legal. Não podemos esquecer a definição destes adolescentes como abandonados, que Gregori (2000) explica como sendo a ausência de figuras que representem uma referência de moralidade. Esta é a questão, os pais são descritos em sua miséria, mais que material, moral (GREGORI, 2000). Neste sentido, a autora nomeia como “abandonados morais”, agregando este conceito à noção de que o abandono moral conduz à delinquência, sobretudo porque os adolescentes de rua convivem com a diversidade dos tipos imorais que habitam as ruas, ou que estejam expostos a ela.

Extinguiram o conceito de menor e o conteúdo estigmatizante que o caracterizava, criando a expressão “criança e adolescente em situação de risco”, estabelecendo uma diferença mais nítida do “carente” em relação ao que comete infrações e àquele que é composto pelos meninos de rua (GREGORI, 2000). A palavra risco, não tem um sentido moral, o seu significado, neste contexto, parece apontar para uma situação de vulnerabilidade.

Há uma forte suposição de que o fato de alguns meninos e meninas estarem nas ruas é consequência de abandono familiar. A antropóloga Filomena Gregori (2000) traz que foi consolidada, a partir da década de 70, uma nova explicação sobre a noção de abandono e suas causas:

A ideia de abandono moral foi substituída pela noção do abandono provocado pela situação estrutural de marginalidade, pelo “fosso” criado por uma condição de permanente desigualdade social. Mesmo que se tenham redimido moralmente as famílias progenitoras dessas crianças, salientando as exigências e dificuldades de sobrevivência, ainda resta uma certa noção de que elas estão expostas, mais do que à mera falta de recursos materiais, a uma ausência de convívio com os pais (GREGORI, p. 64-65, 2000).

“No olho da rua”, é este o modo como os adolescentes de rua se colocam no mundo. A permanência na rua se dá por meio de rupturas, sobretudo a ruptura drástica com a família, o que faz com que se estabeleçam relações substitutivas. No caso destes adolescentes, estar “no olho da rua” é deixar-se expor, sem limites, o que traz um excesso que irrompe sem que algo possa contê-lo, barrá-lo. Uma circularidade pulsional de difícil ruptura. Olhar, ser olhado, fazer-se olhar... (FERREIRA, 2001, p. 33).

Como bem pondera Gregori (2000) é necessário buscar nos históricos familiares dos adolescentes de rua pistas sobre a proximidade com as ruas e o uso que se faz delas e se faz sentido destacar a oposição casa/ família/ estabilidade x rua/ turma/ risco. Enquanto as pessoas se perguntam o que leva um adolescente a tornar-se menino (a) de rua, a autora levanta algumas hipóteses. A primeira delas diz respeito ao universo dos meninos e meninas que trabalham nas ruas e a partir disto ela supõe uma evolução: trabalhar nas ruas e se transformar em menino de rua (GREGORI, 2000).

A segunda hipótese está nas vivências pautadas por uma sociabilidade com o universo da rua e que inicia no núcleo familiar e na experiência na escola, sobretudo a partir de um conflito familiar ou de uma expulsão na escola por mau comportamento. A terceira está diretamente relacionada, à vontade de ocupar a rua e de ter a cidade à sua disposição (GREGORI, 2000).

Considerando essas três possíveis hipóteses que supostamente explicam a virada, da casa para a rua, Filomena Gregori formula uma hipótese única, que agrega todos esses elementos:

(...) deslocados de seus núcleos familiares e do universo escolar, esses meninos transpõem para algo genérico como a “rua” muitas de suas aspirações infantis: necessidade de proteção, cuidado, atenção, ensinamentos, brincadeiras. E mais: nas “ruas” essas aspirações são atendidas, ou seja, em alguma medida elas são – concreta e simbolicamente – satisfeitas. O que significa dizer que, nesse outro universo, mais do que a pura “evitação”, a mera “sobrevivência”, ou apenas pelo “prazer em fluir da liberdade”, eles encontram acolhida (GREGORI, p. 71, 2000).

A literatura sobre o fenômeno situação de rua traça o desafio de entender as razões que levam um indivíduo a romper com tudo, todos os laços sociais e viver na rua. A resposta não é simples ou fácil. A tendência do senso comum é culpabilizar a causa dessa contingência ao modo de organização da família, à sua configuração ou desestruturação, isto porque as expectativas estão baseadas no modelo de família nuclear completa, tida como ideal. A ausência de um do par parental ou a substituição de um deles pelo padrasto ou madrasta são apontadas ainda como uma das possíveis causas do fenômeno “meninos de rua” (FERREIRA, 2001). A psicanalista Andréa Guerra (2015) apresenta outra constatação que impacta nos modelos possíveis de família: a demissão da própria mãe do exercício da função materna. Ainda que no mundo contemporâneo as funções materna e paterna estejam em pé de igualdade, ainda assim testemunha-se a reiterada demissão da mãe de sua função de transmissão de um desejo que não seja anônimo (GUERRA, 2015).

Embora Marcel justifique a sua ida para a rua no abandono de sua mãe, entre os meninos de rua é comum que o grupo familiar gire em torno da figura materna, quase sempre mais presente que o pai (FERREIRA, 2010). Vimos então, diferentes estruturas familiares que funcionam entorno de uma lógica que empresta ao sujeito as razões para se sustentar num certo lugar.

Outro ponto marcante na vivência dos meninos de rua está na circulação. De acordo com Gregori (2000), eles estão sempre circulando, sejam por instituições de atendimento e acolhimento, sejam por instituições repressivas, ou de triagem e encaminhamento, sejam pelo próprio ir-e-vir das ruas. Sejam, inclusive, pelos lugares que elegem como referências, tais como onde dormem, comem, furtam, se drogam... (GREGORI, 2000).

Não foi possível definir um conjunto coeso de explicações sobre os motivos dessas entradas e saídas, idas e vindas. Considero, inclusive, que os motivos alegados são menos consistentes do que a admissão, como pressuposto, de que o padrão de suas vivências é pautado por essa circulação constante: da mesma maneira que a maioria deles não abandona em definitivo suas famílias, não abandona também as instituições e agrupamentos com os quais convive. O “não abandonar”, no entanto, não significa “se fixar”, implicando uma substituição (GREGORI, p. 72, 2000).

“*A circulação de meninos e meninas pelas ruas gera impacto*” (FRANGELLA, p. 203, 2000). Para Frangella, sempre vistos como “crianças e adolescentes fora do lugar”, de acordo com a autora, são submetidos, conseqüentemente, a práticas contínuas de expulsão,

intensificando o deslocamento por instituições assistenciais e pelas casas de suas famílias. A passagem por esses lugares, no entanto, é fugaz, e a rua é o ponto de centrifugação onde valores e discursividades apreendidas no decorrer desse circuito – casa, instituição, rua – são condensadas e redimensionadas.

A antropóloga Filomena Gregori nomeia o movimento dos adolescentes de rua na cidade como “viração”. A autora afirma que a viração é mais do que a busca pela sobrevivência material, mas uma forma que pode fornecer relações e interações entre parceiros, ou seja, mediadora de posicionamentos simbólicos.

Sabemos que na adolescência, meninos e meninas testam com as fronteiras da lei, ultrapassando os limites da ordem. Lacadée (2011) refere-se à adolescência como um período em que se joga com as proibições sociais, tornando-se um sujeito incompreensível para si e para os outros. Ele fala de uma fase em que se testa a fronteira entre o dentro e o fora e inscreve sua experiência, indizível na maior parte das vezes, na ambivalência ou na provocação.

Ramirez (2007) discute sobre um contexto de um empuxo ao consumo e de uma falta de limites. Como exemplo, o autor aponta a relação dos usuários com a droga enquanto objeto de consumo. A partir das ideias do autor, pensamos o caso dos adolescentes em situação de rua, que muitas vezes se colocam como indivíduos livres das imposições das instituições, no entanto, ainda estão submetidos ao mesmo imperativo do discurso dominante sob o qual os “cidadãos de bem” também estão submetidos, “consume”!

No caso dos adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas, o imperativo é vivido de forma subversiva. Em contraposição ao consumo de bens que se associam aos ideais culturais de saúde, higiene, aparência etc, há o consumo das substâncias ilícitas. O consumo destas substâncias vai ao encontro das condições sociais e sintomáticas destes sujeitos, visto seu caráter de fuga da realidade, anestesiamento e sobretudo, por sua dimensão de puro gozo. Uma vez abdicados os direitos, deveres e desejos, resta-lhes a existência quase unicamente corporal como um corpo de gozo. Ferreira (p. 35, 2001) conclui “*na rua são depositadas as perdas causadas pelas exclusões sucessivas e, no seu oco, a ausência ou precariedade dos dispositivos de proteção à vida construídos pela cultura ao longo do tempo*”, “*(...) e nesse vazio sem borda, há sempre um excesso de que o sujeito não pode abster-se tão facilmente*” (FERREIRA, p. 35, 2001).

CAPÍTULO IV – ADOLESCÊNCIA E ESPAÇO EM ANÁLISE

Neste estudo, o ponto que motivou a investigação veio da indagação sobre como os adolescentes com perfil de Trajetória de Vida nas Ruas respondiam à restrição de liberdade na medida socioeducativa de semiliberdade, pois, de um espaço amplo (a rua), com a aplicação da medida, passavam a responder a partir de uma restrição do espaço (a casa). Desta forma, com a pesquisa bibliográfica e as entrevistas chegou-se aos seguintes pontos de análise: Casa e rua – a relação dos adolescentes com o espaço; Corpo: Dinâmica e movimentação; O outro na casa e na rua; o futuro na fronteira.

Os olhares sob a casa e a rua trouxeram para análise a lógica da relação com o espaço e partiu do entendimento de que, além de social, o espaço tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo indivíduo. Milton Santos (2006) define espaço como uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Segundo o autor, o espaço geográfico é organizado pelo indivíduo vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. *“O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada”* (SANTOS, p. 215, 2006).

As narrativas permitiram decifrar a maneira que cada um captura o modo como é visto e tratado, seja na rua ou na casa, na circulação ou na medida de semiliberdade, na viração ou na família... Descobrimos as possibilidades e os instrumentos de que dispõem para viver e se posicionar no mundo.

Lúcia, Luan, João, Moisés e Sandra nos mostram que há produção e apropriação do espaço, considerando que a história de cada um diz de um processo psicossocial atravessado por experiências simbólicas relacionadas com a dimensão concreta, material e social, o que significa a constituição de uma materialidade subjetiva (NOGUEIRA, 2009). Por fim, as categorias de análise trazem os significados e desdobramentos do espaço (NOGUEIRA, 2009) na narrativa dos próprios adolescentes.

E qual pode ser a representação simbólica destes adolescentes na cidade, além das definições políticas de “Trajetória de Vida nas Ruas” e “Situação de rua”? Milton Santos (2006) nos apresentou, em sua teoria sobre o lugar e o cotidiano, “os homens lentos”. Segundo o autor, não era, necessariamente a velocidade que garantia o acesso às ofertas do espaço. O autor revela que nas cidades, o tempo que comanda é o dos homens lentos.

Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinha-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações (SANTOS, p. 220, 2006).

Arrisco-me a aproximar o conceito de “homens lentos” aos sujeitos desta pesquisa, “*são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro*” (SANTOS, p. 221, 2006). Na circulação pela cidade os adolescentes provocam os homens mais velozes, pela própria relação com o patrimônio (os banhos na Praça da Estação, a viração na Praça da Savassi, atravessar um Estado a pé...) a ousadia de subir nos conhecidos monumentos da cidade para serem vistos, ora silenciosos, ora espetaculosos. Organizam-se de modo a formular suas próprias normas, forças de resistência em um universo dominado pelos homens ágeis.

Foi pela identidade “homem veloz” que não circulamos pela cidade durante as entrevistas. Por fim, escrevemos sobre a rua sem estar na rua. Os adolescentes desta pesquisa foram ouvidos em salas de atendimento, dentro das casas de semiliberdade. Alguns pontos justificam tal posicionamento: na ocasião das entrevistas, os adolescentes não estavam na rua, mas em cumprimento da medida de semiliberdade, com a limitação das saídas, previstas nas regras da própria medida; enquanto pesquisadora, cidadã, moradora de uma grande metrópole... nunca estive na rua; por fim, reconheço: não pertencço ao grupo dos homens lentos.

4.1 Casa e rua - A relação dos adolescentes com o espaço

João: Casa... rua. Casa, rua. Liberdade? ((silêncio por alguns segundos))

*Lúcia: Eu ficava na Savassi. Aham! **E tinha um lugar...** Nós colocava lona, colocava papelão e nós dormia lá. Lá tem o McDonald, e nós ficava lá e ganhava as coisas de comer... não sei. Ficava eu e os menino. Nós arrumava coisa de comer e dividia pra todo mundo. Porque quando um comia, todos comia. Era assim.*

*Sandra: Ah, nós ia pra Savassi, nós ia pra Raul Soares, nós ia pra... pra Praça do Papa, nós ia pro Parque Municipal, nós ia pro, pra... pra Serra, Taquaril, Morro do Papagaio. **Nós ia pra um tanto de lugar.***

*Luan: Na **Área Hospitalar** (região da cidade). Ficava na Área Hospitalar só cheirando tiner. Todo mundo ficava cheirando tiner e roubando. Uma merda. Só cheirar tiner e roubar. Mas hoje graças a Deus que eu não cheirei esse trem mais.*

João define liberdade, como sendo o trajeto “casa – rua”. Para Lúcia e Sandra, o espaço na rua pode ser mapeado e identificado como um lugar. Lugar este que pode oferecer o básico, possibilitar a circulação. A área hospitalar pode ser o espaço de acolhimento dos corpos adoecidos. Milton Santos (2006) escreveu sobre a força do lugar e apresentou duas possibilidades, os lugares globais simples e os lugares globais complexos. Neste raciocínio, o autor afirma que os primeiros dizem respeito a alguns vetores da modernidade atual, enquanto que nos lugares complexos, que podemos entender como, em sua maioria, as metrópoles, há uma abundância de vetores, o que significa:

(...) desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (SANTOS, p. 218, 2006).

Os meninos e meninas desta pesquisa são moradores de uma capital e dos cinco adolescentes pesquisados, apenas João construiu uma trajetória de rua somente no aglomerado em que reside, os outros circulavam por diferentes lugares da cidade. Como anteriormente apresentado, a antropóloga Filomena Gregori (2000) trouxe o conceito de viração como definição para o movimento que os adolescentes fazem na cidade para se manterem. Há um ponto de interseção nos casos estudados, que assinalam para um possível impacto da relação destes adolescentes com a rua; a viração. Para Lúcia, Luan, Sandra e Moisés, a viração representava mais do que a sobrevivência, mas a possibilidade de manipular recursos simbólicos e identificatórios, para dialogar, comunicar e se posicionar, o movimento na cidade, embora fruto de uma vulnerabilidade, trazia como pano de fundo uma construção que os dava um lugar no mundo. A viração exige, segundo Gregori (2000), uma comunicação permanente com a cidade.

*Lúcia: Ah... Tipo assim, igual... Eu morava na rua. Pedia ajuda, ia em casa pedir comida. Várias pessoas, como a gente pedia dinheiro via e falava "ah, vai caçar um serviço, não sei o que...", que eles sabia que a gente passava na rua. Então... Teve um dia que eu fui pedir um almoço e o moço disse pra mim "você não tem vergonha na cara? vai caçar um serviço". Eu virei e falei assim "não é porque eu não tenho casa, é porque eu to aqui, hoje em dia, não é porque eu quero". Ele virou e falou assim "mas essas pessoas que fica na rua não tem vergonha na cara, tá na rua porque quer". Eu virei e falei assim "não... não to na rua porque eu quero, se eu tivesse uma casa, eu estaria nela. Meu sonho é ter uma casa, cuidar da minha mãe". Eles humilhava, tinha uns que ajudava, mas tinha uns que jogava na cara... Muitas coisas acontece na rua, **muitas humilhações**. E eu achava que a rua era a melhor coisa, depois que eu fui parar pra pensar, a pior coisa que tem é ficar na rua longe da sua família.*

Lúcia narra o que viu pelas circulações na cidade, da importância de um espaço na forma de lar e das humilhações que viveu na rua. Um espaço urbano que não pertence a ninguém e que retira do indivíduo a integridade humana. Espaço do sofrimento e das humilhações.

Outro movimento aparece na pesquisa bibliográfica e é identificada em todos os adolescentes entrevistados; a circulação. Nas histórias destes meninos e meninas, ambos aparecem fazendo da circulação a maneira de se apropriar dos lugares da cidade, porque circular significa o movimento de sair de casa e ir para as ruas, e passa, também, pela admissão nas instituições, inclusive na medida de semiliberdade. Além do ato concreto de circular pela cidade, a circulação é caracterizada, subjetivamente, por um movimento simbólico de apropriação e pertencimento. Deste modo, é clara a interseção entre viração e circulação: a trajetória de rua. Na viração, não há apenas a busca pela subsistência (pedir para sobreviver), há também, a possibilidade de estabelecer relações e interações entre parceiros, através de uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens (GREGORI, 2000) e o segundo, naturalmente os tornavam vivos, circular é se movimentar. Sobre a circulação, a autora esclarece que:

Uma das características mais marcantes da vivência dos meninos de rua é o fato de estarem sempre circulando, seja por instituições que prestam algum tipo de auxílio ou apoio, por instituições repressivas ou de triagem e encaminhamento; seja pelo “ir – e – vir” entre suas casas e a rua; seja, ainda, pelos vários locais nas ruas que “fixam” como referências (os lugares em que comem, onde dorme, onde furtam, onde se drogam etc.). Não foi possível definir um conjunto coeso de explicações sobre os motivos dessas entradas e saídas, idas e vindas. Considero, inclusive, que os motivos alegados são menos consistentes do que a admissão, como pressuposto, de que o padrão das suas vivências é pautado por essa circulação constante: da mesma maneira que a maioria deles não abandona em definitivo as suas famílias, não abandona também as instituições e agrupamentos como os quais convive. O “não abandonar”, no entanto, não significa “se fixar”, implicando uma substituição. (GREGORI, p. 72, 2000).

A palavra circulação também significa um corpo que move em círculos, movimento este que descreve um trajeto sempre com retorno ao ponto de partida. Entre os adolescentes pesquisados há este movimento, de idas e vindas entre a casa, a rua e a semiliberdade. Na narrativa de Luan sobre a semiliberdade, aparece algo de insuportável neste espaço, por isto fugir.

*Luan: Ah, já faz tipo uns... Pagando semi mesmo já tem quase dois meses, pagando semi picado. Tipo, **pagando e fugindo, pagando e fugindo**... Por isso.*

Pesquisadora: Me explica isso de pagar semi picado.

Luan: Pagar semi picado é assim oh... Você paga e vai embora. Tipo, você paga uns quatro, cinco meses e foge. Dá desacerto e você rouba, dá um desacerto e você () da algum desacerto. Eu fui lá e roubei... eu mesmo paguei/ tenho sete retorno de semi. Tomei semi quando eu tinha 12 anos de idade.

Entende-se que nos casos estudados, não há um rompimento total dos vínculos familiares e apesar de não ser a intenção desta pesquisa investigar as razões que levaram os adolescentes à rua, aparece nos relatos que predomina uma relação com este espaço que passa pela fragilidade de recursos materiais. A rua torna-se o lugar para viver a adolescência a partir das relações que estabelecem, sobretudo, para conseguir a droga e o alimento. O uso das drogas aparece em todas as entrevistas, exceto na história de João.

Lúcia: Na rua é assim ó... a primeira vez que você vai usar droga todo mundo te dá, mas quando você tá viciada mesmo todo mundo corre, eles quer usar a sua droga. Na rua cê... Você não tem confiança pra dormir, não tem confiança pra comer. Do mesmo jeito que você tá bem com uma pessoa, a pessoa pode tá mal com você. Uma pessoa pode te matar você dormindo na rua, porque você dorme no papelão, você não vê nada.

Moisés: Nós ficava pedindo... Dinheiro, pra nós comprar tiner... aí eu fui lá/ parei de ficar dormindo na rua. E fiquei morando com a minha família, de novo. Como que minha avó ficava também preocupada, ela mandava meu irmão mais velho vir atrás de mim, meu irmão que pegava eu e me levava pra casa, eu fugia de novo... Morava na rua, ficava na rua. Minha vó tornava mandar ele/ ele me buscar. Quantas noites que minha avó não conseguia dormir, dormir sem eu.

Lúcia: Ah, não sei. É que nós era muito louco, nós usava muita droga. Nós inventava... nós ficava na rua cantando, ficava viajando... Ficava falando que nosso sonho era ir pra praia, pra São Paulo. Que eu queria/ ah, muitas coisas. Porque o morador sempre tem um sonho, e sempre o sonho é ter uma casa e ficar com a família, e parar de usar droga. O sonho dos morador de rua é esse. Se você chegar pra um morador de rua e falar "você quer morar comigo?", ele vai aceitar na hora, porque o sonho de uma pessoa que mora na rua é ter uma casa, ter uma família. Tem gente que tem família, fica xingando. Ou, falar pra você, minha mãe nunca me deu nada, mas... eu nã julgo minha mãe por nada, porque mãe é uma só. É muito ruim ficar longe da família da gente.

Sandra: Curtição, tudo pra mim era alegria. O centro (da cidade) pra mim, queria ir pro centro todo dia quando eu era pequena. Minha mãe falava comigo "é, centro. vou te dar o seu centro", ela falava comigo "vou te dar o seu centro. Você vai ficar dentro de casa, viu, arrumando a casa. Não vai pro centro não. E eu vou trabalhar". Minha mãe ia trabalhar, né. Eu pegava que minha mãe saía pra trabalhar e eu... ó, picava pra rua. Minha mãe chegava "onde que você tava?", "eu tava ali, mãe". "Falei pra você, pra você não ficar na rua". Tinha vez que ela trancava a por/ o portão, a porta não, trancava o portão. Que eu ficava em casa só assistindo televisão, e falava "não, hoje ela tá de boa". E eu falava "que? Minha mãe saiu? E eu pulava o muro". Sa/ Saía... pra rua.

Sandra: Ó, conheci o Miguilim, os menino me le/ tava na rua, nós pegou a traseira (). Eu conheci os tio, os tio me reconheceu, foi me dando conselho, foi me ajudando, foi la na minha casa "o Sandra, não vai pra rua não", todo dia eles me levava lá em casa, "dona, sua filha fugiu", e eu fugia de novo pra rua "dona, sua filha fugiu". Minha mãe "eu falei pra ela, ela não fica dentro de casa, eu já falei pra ela. Mas todo dia ela foge. Não tem como, ela não quer consertar, tem que dar internação pra ela". Minha mãe mesmo falava que tinha que me dar internação. E ela chegou até a falar com o juiz pra me dar internação pra me consertar. Eu falava "não, mãe, eu não vou não. Eu não quero esse 'trem' pra mim não". "Sandra, você quer uma internação pra você consertar?", "não mãe, eu não quero ess/ esse 'trem' pra mim é ruim", "Não, Sandra. Você tem que pegar internação".

Para Lúcia, a rua engana, ilude e estando nela não se pode ter confiança. Sobre a percepção dos adolescentes em relação a casa, ela aparece com dois sentidos, como sendo o lugar de moradia (a casa da família) e o lugar para o cumprimento da medida judicial (a casa de semiliberdade). No que diz respeito à casa de semiliberdade, por mais que tenha a arquitetura de uma casa, para os adolescentes entrevistados, trata-se de uma unidade de segurança, para o cumprimento de uma medida restritiva de liberdade. E por mais que os adolescentes a identifiquem como uma casa, predomina o sentido de que não é a casa deles e nem mesmo é a casa onde desejam estar.

Sandra: Ah, lá em casa era bem, era bom, minha mãe me tratava bem. Só que eu fugi mesmo por causa dos colega de escola, me chamaram eu pra fugir, ficava todo dia "vamos sô, vamos fugir, vamos fumar droga, vamos". Aí eu/minha mãe falava comigo "Sandra, só sair com colega da escola né, tá?". "Tô não mãe", todo dia eu mentia pra minha mãe. "Sandra, você tá começando a fumar né? Olha seu olho". Chegava lá em casa locona, minha mãe já sabia, "olha seu olho, como é que você tá, você vai apanhar", colocava eu de castigo. Aí eu falava "ah, não, por favor,". Tinha vez que eu mentia pra minha mãe "não, não, não, usei não". Minha mãe falava comigo "vai falar comigo não?", aí... Batia. () direitinho, tinha vez que ela me levava lá na porta pra ver se eu tava indo pra escola mesmo. Diretor falava "ó, ela não vem pra escola", "então, chegando em casa, você vai ficar de castigo. Eu ficava de castigo, de joelho lá, sentada lá ó pode ficar sentada aí, ficar de castigo". Eu ficava, no outro dia eu ia pra escola, matava a aula de novo. Aí teve um dia que eu cheguei e fugi.

Lúcia: Lá são três quarto, a sala, a cozinha e tem uma varanda, uma quadra pequena para os adolescente ficar... ficar lá jogando bola, fazer atividades lá fora. E lá em cima tem uma máquina, tipo um lugar la que tem um lugar de lavar roupa, estender roupa. E mais pra cima tem a coordenação, e ao lado da coordenação tem a cozinha. É uma casa normal. Lá em cima tem a casa da Rapunzel onde fica a biblioteca, as coisas. É uma casa... quando eu cheguei lá portanto eu fala eu.. não e pra ficar na rua mas.. Ou... Lugar, pagar medida socioeducativa não é pra ninguém e fiquei... Falar pra você... Pode ser... () pior coisa é você ir pra sua casa final de semana e não poder ficar com a sua mãe dia de sábado e domingo ter que voltar pra aquele lugar.

Lúcia: Ah... Confiança tem, porque o agente fica lá, mas não é muito, sabe por quê? Lá tem muita menina de fora, que você não conhece. Mas... Ficar de boa. Você tem que saber entrar num lugar, porque se não saber entrar, você não vive na sua vida. Confiança um pouco você tem, mas... Sempre tem que ter um pouco de desconfiança, porque tem menina de fora que você nunca viu, que você conhece lá dentro. Os agente uma hora pode ter virado as costas (), mas... Independente disso nuca aconteceu nada/ eu fiquei muito tempo lá e nunca aconteceu nada.

Luan: É legal (). Casa... É muito bom. Vou na casa e não saio de lá, que eu só fico com a minha vó. Minha vó tá se sentindo (). Aqui é "aperriado" demais, só. Vou fugir uma hora. Você vai ver.

É possível perceber nos relatos, algumas pistas sobre a relação com a casa e a rua e o uso que se faz destes lugares. Na rua e na casa de semiliberdade não há liberdade, afirmativa esta justificada na elaboração da seguinte equação: Casa = liberdade. Ser livre é voltar para a casa, ter uma casa, estar em sua casa.

Pesquisadora: Quer falar mais? Liberdade.

Moisés: Uma hora eu quero ser desligado. Tomara que nenhum seja lento pra mim.

Pesquisadora: Que que é ser desligado?

Moisés: Ser desligado da Semi. O juiz te desliga e você vai embora pra sua casa. Aí não precisa de ficar vindo mais aqui, ficar visitando, indo pra casa. Voltar, ir pra casa, voltar.

Pesquisadora: E como que é isso, Moisés. Ir pra casa e voltar, ir pra casa e voltar?

Moisés: Difícil demais! Nossa, muito cansado, sô.

Sandra: Ah, querer ir embora daqui... Viver feliz com a minha família. Liberdade é você ganhar o seu desligamento daqui, ir embora.

4.2 Corpo: Dinâmica e movimentação

Ao pesquisar a definição de situação de rua, o primeiro indicador presente na literatura sobre o assunto está relacionado ao corpo, muitos estudiosos identificam este público, seja de crianças, adolescentes ou adultos, pela aparência. Não somente a aparência de abandono, mas, por outros indicadores, como os eventos de risco (uso de drogas, exploração, abuso, roubo, etc.) e lugar onde dormem e obtêm alimentação. Tais apontamentos aparecem no estudo de Koller & Hutz (1996), que afirmam que os adolescentes não são realmente livres e/ ou independentes e se submetem a vários controles e limites, não podendo ter todas as suas necessidades atendidas. Portanto, para Koller & Hutz (1996), a referência à busca de liberdade não deve ser interpretada como a busca da amplidão da rua, da falta de controle de autoridade parental e ausência de limites, mas como uma libertação do abuso e da exploração que vinham sofrendo dentro de suas casas.

Para muitos autores, estar na rua é estar à margem. Corpos sujos. Noites dormindo no papelão. Nas narrativas aparecem um corpo lançado pelos lugares da cidade. Não se pode afirmar o que significa “ficar sujo” para os adolescentes e nem podemos cair na armadilha de que os corpos nas casas não se sujam, mas podemos arriscar a interpretar o sujo como a condição para serem vistos, expostos, ao mesmo tempo arriscar ainda mais ao afirmar que “o corpo sujo é também um corpo restrito”. Não é possível entrar em muitos lugares, inclusive públicos, com o corpo sujo.

Cabe destacar, para além do corpo exposto e restrito, o corpo livre. Não se pode negar a liberdade de colocar o corpo à frente de suas aventuras, como sair de um Estado a pé para conhecer outro Estado, pegar traseiras de ônibus, dormir em patrimônios públicos.

Santos (2006) nos revela que a globalização faz também redescobrir a corporeidade. “*O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes (...)*” (SANTOS, p. 212, 2006). De acordo com o autor, assim como a nossa relação com o mundo se modifica a

partir do momento em que conseguimos vê-lo por inteiro, o nosso corpo permanece sendo essa certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender.

Lúcia, Luan e Sandra trazem sobre um corpo na rua como sendo à margem, abandonado, um corpo doente sem lugar, exposto ao olhar de quem os vê. Um corpo exposto pode vir a ser alvejado, sem lugar, é um corpo sem descanso. Um corpo destinado ao lixo. Na voz de Sandra, o corpo preso na medida de internação é como um corpo bicho preso. A palavra destes meninos e meninas prova que, só uma casa (a casa de cada um) acolhe um corpo.

*Lúcia: Eu tinha 13, morei na rua por um tempo, comecei a usar muita droga, pó, loló e esse tipo de droga, e **fiquei suja na rua**, passava fome. Teve um dia que conheci uma amiga minha, chama Luciene, hoje em dia ela tá presa também, e nisso fui morar com ela. E lá ela **jogava as coisas na minha cara**, que comia nas custas dela, que eu não trabalhava, e saí da casa dela e fui pra rua de novo. E nisso eu não tinha notícia da minha mãe e nada, come ti um ato e vim pro São Jerônimo. E aqui fiquei quarenta e cinco dias, só ligando pra minha tia e sem saber notícia da minha mãe, um ano sem saber notícia da minha mãe.*

*Luan: Já quase morri lá, uai (na rua)... Igual meu irmão... Meu irmão que tomou tiro. Ele foi enganado, os cara encarou ele achando que era alemão, entendeu?! Só que não era alemão/ achei que era gente de guerra que tava com ele. Só que não era não, era meu irmão locão de loló... aí o cara fez assim nele "tau!", aí meu irmão pois a mão na frente assim, aí **pegou na mão**... aí deu mais dois na **barriga**, e um **raspão na orelha**. E meu irmão conseguiu arrancar a arma dele, locão de loló ainda, e "tau, tau", deu três pro lado dele e acertou os três ainda... aí ele e meu irmão foi pro hospital. Aí meu irmão já tá pela ordem, já tá de repouso já. Ele tá no grau!*

*Lúcia: Ah... é tipo assim, eu ficava pensando "**não tem lugar onde eu ficar**". Eu pensava em até ir pro abrigo, só que eu falava "abrigo não é pra mim, porque lá tem muita menina que vai querer caçar confusão comigo e eu não sou flor que se cheira". E achava que na rua era melhor, então porque eu achava que na rua era a melhor coisa, que lá eu podia viver solta, podia usar droga, ninguém me segurar. Não! A pior coisa de você morar na rua, porque lá **você não pode dormir porque**, imagina você tá dormindo e a pessoa te mata e você dormindo, você come comida do lixo. Falar pra vocês... não tenho vergonha de falar não, **comia comida do lixo**, já comi. Mas hoje em dia graças a Deus eu tenho tudo que eu quero, nem tudo que eu quero né, mas to conseguindo aos poucos, Deus vai me ajudar mais!*

*Sandra: Parecendo um **pintinho preso** (na medida de internação), parecendo um... Parecendo a... Não sei explicar não. Parecendo um... Passarinho preso. Sabe os passarinho que tá na grade? Um negócio assim? Eu não gosto muito de bicho preso não, eu solto.*

*Lúcia: Casa, ow... Melhor coisa que tem na vida é ter uma casa pra você ir **deitar, descansar a cabeça** e confiar () antes de deitar. Por que... Na rua você deita a cabeça e não tá confiando. Agora na sua casa você tranca a sua porta, você deita com a sua família... Não tem melhor coisa. Dar valor, falar pra você... Não saio de casa nunca mais. Não saio de casa nem se... Acontecer alguma coisa. Fico perto da minha família, não vou morar mais na rua. Quero mudar de vida e vou ficar dentro da minha casa, é tudo de bom.*

*Lúcia: Rua? rua... é uma coisa, quando você vai morar na rua todos fala que é bom, te oferece drogas, você usa droga. as quando você tá piorzinha lá na rua, quase morrendo lá na rua, **passando mal**, tipo... Doente. Não sei, na rua... Você não deve confiar em ninguém, a primeira coisa. Agora, amigo de rua/ não existe amigo de rua, porque quando você tá com droga, dinheiro, todo mundo é seu amigo na rua. Agra, quando acaba dinheiro, minha filha, você não vê mais ninguém. Rua, dependendo, se você for passear com a sua família, sair, é bom. Mas pra você morar é muito ruim, porque deitar numa caixa de papelão, num cantinho, numa rua, não é a melhor coisa que tem não, viu.*

4.3 O outro na casa e na rua

“O intercâmbio efetivo entre pessoas é a matriz da densidade social” (MILTON SANTOS, p. 216, 2006). A experiência nas ruas é sempre relatada a partir do encontro com os grupos, há uma proximidade que pode criar laços culturais e desse modo a identidade (SANTOS, 2006). Nos relatos, aparece o desconforto pelo olhar do outro, ao mesmo tempo a construção de uma identidade inspirada nas referências encontradas no universo da rua. Há um movimento inquieto por parte dos adolescentes, que recebem o olhar do outro da cidade, talvez dos homens mais velozes (aqueles que na cidade tem mobilidade), com insegurança e fragilidade. Existe uma relação de medo e desconfiança com a cidade.

Luan: Ah, isso é a vida do crime aí, tá loco. O crime vai queimar, é isso mesmo! É matar ou morrer! É isso mesmo, a vida do crime é assim. Se você não matar o cara, o cara vai te matar... então é mais fácil você matar o cara. () Vai te mata, se não ele vai ver atrás, ué... que nem os ca/ os cara/ os cara viram que meu irmão pulou na arma. Viu que era daquele naipe, meu filho. Ele mesmo que tem pra matar, ele mesmo. só foi Deus, meu filho, que não deixou ele morrer.

Luan: Fica mais... mais... tipo, como assim? Mais fodão, né. Mais, como assim... você tá cheirando, você tá na onda. Se eu olho assim pra você assim, oh... eu tô vendo que você é fraca. Tipo, to vendo que você... tá me olhando, eu sei que você não tá me olhando, entendeu? Aí agen/ aí tipo, nós já parte pra cima e rouba. Mas eu não faço isso aí mais não. Só isso só.

Moisés: Ah, porque um cara lá arrumou treta com ou outro, tava devendo dinheiro. Aí esperou ele dormir... como ele cheirava tiner também, que tiner também é uma coisa que se botar fogo, pega rapidinho. Aí foi lá e tacou fogo nele/ tacou, não sei se foi tiner, gasolina... e queimou ele. Ele foi lá e morreu, eu fiquei com medo, e saí da rua. Aí eu ficava dormindo em casa.

Sandra: Via nós assim ó, tinha gente que ajudava, dava dinheiro pra nos comprar um café da manhã, dava pão pra nós. Tinha gente... que não tava nem aí, só faltava tacar... tacar água em você. Morar na rua é ruim demais! Você não quer passar o que eu passei, nunca.

Não se pode desconsiderar as relações ao analisar a trajetória de vida nas ruas, sobretudo as familiares. Para começar, a ida para a rua representou, nos relatos dos adolescentes pesquisados, a fragilidade de vínculos familiares. Com exceção de João, que em sua história a constância nas ruas não comprometeu a sua relação com os pais e com a avó, em alguns momentos o adolescente afirmou que a permanência nas ruas do aglomerado onde morava, se dava na companhia da mãe.

No relato dos irmãos Luan e Moisés, há um forte vínculo com a avó, que na ausência da mãe, assume a função materna para os adolescentes. Embora não haja indícios de uma convivência cotidiana, Luan e Moisés referem-se à família a partir da formação: avó, irmãos e tios. Apenas Luan menciona algo sobre a mãe. Mesmo com a ida para as ruas, os meninos permanecem vinculados ao núcleo familiar, composto pela avó e por alguns irmãos.

Moisés: Nós ficava pedindo... dinheiro, pra nós comprar tiner... aí eu fui lá/ parei de ficar dormindo na rua. E fiquei morando com a minha família, de novo. Como que minha avó ficava também preocupada, ela mandava meu irmão mais velho vir atrás de mim, meu irmão que pegava eu e me levava pra casa, eu fugia de novo... morava na rua, ficava na rua. Minha vó tornava mandar ele/ ele me buscar. Quantas noites que minha avó não conseguia dormir, dormir sem eu.

Para Lúcia, é nítido que o rompimento com a genitora impulsiona a sua ida para as ruas, embora a adolescente relate uma vivência na cidade, em companhia da mãe, em um momento da sua primeira infância. Na história de Lúcia é interessante perceber a presença de um abandono pelo uso de drogas da genitora, mas ao mesmo tempo um desejo de retomar a convivência, uma vez que esta aparece como uma forte referência.

Lúcia: Foi, eu roubei quando eu morava com Luciene, ela me ensinava a roubar, essas coisa... eu comecei a conhecer a vida do crime, comecei a roubar, comecei a traficar. E... teve um dia que ela me chamou pra ir roubar, nós pegou e foi... Aí nós assaltou um carro, a polícia pegou eu e ela/ pegou eu e ela e um outro amigo, o outro amigo foi embora e ficou nós duas, ela pegou de dez anos e eu peguei de semiliberdade.

Lúcia: Eu queria mudar... Que minha mãe não usasse droga nunca. Que eu nunca tivesse passado por isso. Tudo que eu como eu penso nos meus irmãos, penso que minha mãe tá comendo. Tipo assim... Se uma pessoa viesse e falasse "você prefere morrer ou deixar sua família morrer?" Eu prefiro morrer (), não só por eles. Portanto, eu deito na cama e peço a Deus por todas as pessoas que eu não conheço e que eu conheço, porque... Passar fome, morar na rua, ficar longe da sua família não é a melhor coisa não. Nós ganhou uma casa lá na Serra (bairro), a casa tem dois quarto, uma cozinha/ dois quarto, uma cozinha, uma sala, e tem um banheiro (), a sala é junto da cozinha, porque a cozinha é enorme. E tem o terreno á fora, que fica os cachorrinho. É muito bom... o quarto meu e da minha irmã, que vai ser meu e do meu irmão, que meus irmão também vai ficar lá em casa, e o quarto da minha mãe. () porque minha mãe como tem uma pessoa que ajuda ela muito, que é o... o parceiro dela, que ela tá ficando, namorador... aí ajuda muito dentro de casa. Ele, tipo assim... ele não tem emprego, mas ele vigia carro, tudo que ele pode ele ajuda lá em casa, ele faz compra quando minha mãe não tem dinheiro (). Minha mãe também tem minha madrinha né, que ajuda ela. E tudo que ela precisa, pode ir lá contar com ela (a madrinha), meu padrinho também que, nossa, nas horas mais difícil eles me ajudou. A vida não é fácil...

Sandra constituiu a sua própria família, a vivência nas ruas a fez conhecer o seu namorado, com quem ela teve um bebê, contudo, a apreensão do companheiro e o seu acautelamento na semiliberdade fizeram com que permanecessem separados. Com o nascimento do bebê, Sandra tem a possibilidade de dar continuidade ao cumprimento da semiliberdade na casa de sua mãe, o que proporcionou retomar a convivência com a genitora, até então fragilizada pela trajetória de vida nas ruas. As idas de Sandra para a rua sempre passaram pela resistência de sua mãe, mas ao mesmo tempo, é nítida, além dos conflitos que narra ter vivido com a escola, a rebeldia comum na adolescência, que a impulsiona a conhecer o que havia para além do portão da sua casa. A ida para a rua instaura neste lar um conflito constante entre mãe e filha, o que faz Sandra sustentar a permanência nas ruas e o início das atuações infracionais.

Sandra: Eu conheci ele na rua (o namorado), aí pegou, passou um tempo, eu peguei e falei assim, que nós dois tava de mão dada, falei assim com ele "você se entrega de um lado, que eu se entrego do outro. Vamo parar com essa vida, 'sô', que essa vida não pe pra nós não. Esse 'trem' de droga não é pra nós não. Nós temo filho agora. Você acha que nós vai ficar isso que/ até quando nós vai ficar nisso, nessa vida? Até quando? Até quando nos morrer? Eu não quero essa vida pra mim não, se você quiser fica pra você, estou saindo". Saí, peguei e se entreguei. E falei que não queria nunca mais voltar pra esse lugar, nunca mais queria ese treco, nunca mais. Agora minha vida é só cuidar do meu filho... que esse povo aí mesmo vê. Só cuidar dele.

Koller & Hutz (1996) conceituam a expressão “meninos de rua” como sendo crianças e adolescentes que não possuem vínculo familiar estável e que o viver na rua signifique socializar-se pela dinâmica da cidade e pelas leis que o viver nesta condição impõe. O que nos chamou a atenção nos sujeitos desta pesquisa é a mãe, que aparece com destaque, em todas as narrativas, ainda que representada na figura da avó (nos casos de Luan e Moisés). Tal impressão nos faz supor que a explicação para a presença significativa da referência materna nas narrativas dos adolescentes, está na idéia de que a primeira morada na vida destes meninos e meninas antecede a experiência da casa da família e passa pela relação com a figura materna enquanto abrigo. Ou seja, esta é a hipótese que pode explicar o aparecimento da referência materna em todas as histórias: a primeira morada é no corpo da mãe.

Luan: Ueh, porque acontece algum desacerto, ou porque a mãe bate demais, fica batendo demais. Ou ela arruma treta na quebrada, rouba alguma coisa. Aí fica rato de boca, se pegar mata, aí foge. Vai pra outro lugar pra não ser morta, entendeu? Ou se não, arruma briga com familiar... com mãe, foge. Ou se não alguns foge só pra saber mesmo como é a rua, que nem eu... eu fugi só pra mim saber mesmo como é que é a rua.

João: Ah, eu gostava só de ficar lá com os meus colegas mesmo. Depois eu ia pra casa, almoçava, ficava um tiquinho com a minha mãe e ia pra rua.

Sandra: Família é você viver com a sua família, você jantar com a sua família. Estar todo mundo reunido na casa, junto. Comer junto, acordar junto.

Lúcia: E aí depois eu vim pro São Jerônimo. (você ficou, como foi embora?) Fiquei, fiquei... como eu fui embora? A minha tia veio e me buscou, e nisso eu fui ver minha mãe. Minha mãe tinha tomado um tiro no braço... que pegou foi bala perdida e encontrou um rapaz que ch/ eu não sei o nome dele. Aí ela ficou morando na rua com ele, e eu tava morando na rua também. Aí eu aluguei uma casa, comecei a vender droga e aluguei uma casa. E comecei a ficar lá usando droga, e minha irmã foi morar comigo, minha irmã mais velha, 18 anos ela tem hoje. E... e comecei a usar droga e eu não sabendo se minha mãe... minha mãe usando droga e eu chorando e todo dia pedindo a Deus pra Deus me abençoar, falando que minha vida tinha acabado, que Deus não me escutava.

Lúcia: Droga! Ela usava muita droga, vendeu as casas por droga, não podia entrar nas favelas. Aí não tinha casa. Tudo droga, mas hoje em dia se Deus quiser, Deus vai libertar ela dos vícios. Todo mundo tem um caso da vida pra contar e sempre tem uma parte triste. Tem gente que fala "minha vida é triste" porque nunca ouviu a... a história de vida dos outros. Eu falo: "minha vida é triste" mas... tem coisa pior na vida. tudo que eu passei foi um... momento ruim, mas... hoje tem dia to aí oh, saudável, não tenho nenhum tipo de doença de rua. Droga hoje em dia, nem gosto de ver o cheiro de droga. Odeio cheiro de droga.

Sandra: Ah, você conversa, tem sua mãe, tem suas irmãs. Quando você precisa de ajuda, tá alí pra te dar conselho, eu sou conselho para as minhas irmãs. Eu falo pra elas assim, eu cheia de chorar: "não, não faz isso não. Porque o que eu passei não foi bom não. Não foi bom o que eu passei não". Eu tava lá curtindo, quando eu tava pequena, hoje eu completei 18 anos, hoje eu penso. Minha mãe falava comigo "Sandra, Sandra... para com

isso. Hoje você tem/ hoje você é de menor". Eu chegava lá em casa, tinha vez que minha mãe chorava "Você só vai tomar banho e sair de novo?". Eu não tava nem aí não, "não mãe, vou só tomar banho e descer pro centro", minha mãe falava "para com isso, Sandra. Seu tamanho, você tá nova. E depois você tem um filho, você vai pensar. Que agora você tá pequena e não tá pensando não". E hoje, eu tenho um filho e agradeço a minha mãe que me deu conselho, minha mãe dava conselho e eu não escutava. Hoje, eu agradeço ela "não mãe, eu nunca escutei a senhora. Mas eu consertar, viu?". Hoje eu tô aí, ó, Graças a Deus... escutando a minha mãe, minha mãe me dando conselho pra eu ir trabalhar, cuidar do meu filho. Me deu um pedaço lá na casa dela pra mim construir e morar com o meu filho. E vou ficar de boa.

Mas não é somente na rua ou na casa que se estabelece relações, há o encontro com o outro na casa de semiliberdade. Ainda que seja um encontro atravessado por uma medida judicial, muitas vezes o laço com a medida passa pela relação com este outro que o acompanha durante o cumprimento da medida. Na semiliberdade há o encontro inevitável com o grupo.

4.4 O futuro na fronteira

Não encontramos na literatura pesquisada análises sobre a “superação da situação de rua”. Tal expressão aparece nas falas dos profissionais dos serviços de atendimento à população de rua, que definem a superação de rua como sendo o rompimento com a vida nas ruas. O que percebemos, nos adolescentes pesquisados, é que há um rompimento, seja no momento da apreensão pela prática de um ato infracional, seja por outros fatores anteriores à medida. O fato é que na ocasião em que foram entrevistados os adolescentes não estavam na rua e narraram esta trajetória no tempo passado. Mesmo sem perguntar, os adolescentes apresentaram suas perspectivas futuras, narrando os desejos de uma vida fora da semiliberdade e da vivência na rua.

A pesquisa apontou para questões importantes que dizem respeito à resposta que os adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas produzem sob o olhar da sociedade, e isto inclui sobretudo o olhar dos serviços públicos, a estes adolescentes. Não é apenas uma resposta produzida a partir da restrição de liberdade, mas provinda do olhar do outro. No entanto, surge o desafio: qual a relação destes adolescentes com o futuro? Qual é o desejo de um adolescente com perfil de trajetória de vida nas ruas?

É satisfatório concluir esta pesquisa com relatos que apontam para um desejo de viver o futuro. Se a intenção deste trabalho foi, inclusive, contribuir para a prática do atendimento do público com trajetória de vida nas ruas nas políticas públicas, sobretudo na semiliberdade, vale apropriar-se de cada fala como uma oportunidade de reflexão.

Lúcia: Ah... ((longa pausa)) falar que... não sei. Quero ir embora desse lugar, só isso. Quero ir embora, cuidar da minha mãe, cuidar dos meus irmãozinho, que minha mãe não tá podendo cuidar deles, que tá machucada. Poder ajudar a minha mãe a sair da droga, e dar valor pra casa que eu tenho, ajudar minha mãe a não fazer besteira com a casa que nem ela fez com as outras. E... não sei. Não tenho mais nada pra falar não.

Moisés: () Vou te contar uma história de lá, isso aí também... não sei se você vai gostar não. Esses dias aí, meu irmão tava lá, o Eduardo também... esqueci de falar. Ele tava lá, e os cara desceu e deu treze tiro nele, pegou só três, conseguiu tomar o revólver da mão do cara... aí ele deu um na barriga do cara, foi pro hospital ele e o cara. Aí quando ontem de ontem, acho que... ontem de ontem de ontem ele chamou os amigo dele... de carro, subiu lá, trepado, e meteu bala em todo mundo lá. Aí os cara falou... os cara ameaçou minha família toda por causa do meu irmão, ameaçou/falou que/que se ver algum irmão dele pulando... vai matar mesmo, porque sabendo/pro meu irmão saber que tá () ele mesmo. Minha avó, meu irmão fez minha avó sair de lá, que nem... minha vó mudou ontem. Mudou lá pra Betim. Ela foi, só Deus pra abençoar. Agora eu tô planejando mudar pra Betim, arrumar um serviço bacana, sair desse mundo.

Sandra: Ah, querer ir embora daqui... viver feliz com a minha família. Liberdade é você ganhar o seu desligamento daqui, ir embora.

Lúcia: Porque eu tava na semiliberdade e era muito bagunceira lá. Mentira! Eu tava fazendo curso, tava tudo direitinho e... Tomava uma medida atrás da outra. E nisso eu briguei, bati na menina e vim pro CIA¹². Aí eu bati em outra/ bati outra vez em outra agente e fui pro CIA, e mandaram quarenta e cinco dias aqui, fiquei... Quarenta e cinco dias. Recebi internação. (...) Mas vou pagar de boa, não vou fugir... pegar as oportunidade que aqui tem de cursos, várias coisas pra poder mudar, pra poder ir embora o mais rápido possível, pegar as oportunidade também de cursos que eu já fiz, que foi muitos. E... Buscar um serviço, porque eu tenho 15 anos ainda, tenho que estudar bastante, e caçar um serviço mais pra frente... Pra mim fazer, ajudar minha mãe. Porque o que ela não me ajudou eu quero ajudar ela, dar tudo de bom pra ela.

Sandra: Filho é quando você tá com o seu filho, você dá carinho pra ele, ajuda ele crescer, leva ele na escolinha. E dá uns... E dá umas dicas pra ele, pra ele não ficar na/ nessa vida ruim. E eu quero isso pro meu filho. Na hora que ele crescer eu vou... Falar um pra ele, explicando pra ele... Como que é as coisa, pra não entrar nesses "trem". Me ver nessa vida, o que eu já passei. Eu vou contar tudo pra ele, o que eu passei. Pra ele não se envolver, que não é fa/ não é, não é bom.

¹² CIA: Centro Integrado do Adolescente Autor de Ato Infracional.

NOTAS FINAIS

O presente estudo teve um caso como ponto de partida e o desejo de estudar os adolescentes com perfil de trajetória de vida nas ruas no cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade. Na verdade, para além do exposto nos objetivos desta pesquisa, a minha intenção era mergulhar no universo destes adolescentes que faziam da rua moradia. Desde a infância, me chamava atenção àqueles corpos sujos, envolvidos por cobertores, circulando pelas ruas da cidade. Lembro-me de passar pela Avenida Paraná, bem no centro da capital mineira e encontrá-los dormindo, como se o sol não os incomodasse. Ouvia pessoas dizerem que eles dormiam durante o dia, porque “aprontavam” à noite.

Abro a pesquisa com a canção de Novos Baianos e arrisco dizer que a música é a representação artística dos meus sujeitos de pesquisa: Meninos e meninas, que trouxeram através da narrativa de histórias cotidianas, relatos da vida nas ruas e na medida socioeducativa de semiliberdade. Foi significativo ouvir de cada um como é estar em uma medida judicial executada em uma casa, sobretudo concluir, que para estes adolescentes não se trata de uma casa. Para Lúcia, Luan, Moisés, João e Sandra, casa é um lar, o lar de cada um, não é a rua e muito menos a casa de semiliberdade, ainda que a norma a denomine como “casa”.

Escrever à luz de uma experiência prática nos lança para o desafio de produzir algo de muita qualidade, carregado de relevância social. Este foi o meu maior medo, mas não tão grande quanto à coragem de elaborar um trabalho que nos provocasse. A prática cotidiana nas políticas públicas, por vezes nos paralisa em nossas próprias concepções, alimentando ideais inalcançáveis. Cuidado! Aprendi com esta pesquisa o risco de se cair nas típicas dualidades do senso comum, como o certo e o errado; o bem e o mal; o bom e o ruim. Estar na rua é errado e em uma casa é o certo? Qual é o lar ideal? Bom é ter família? Estar na rua é estar livre?

Outro desafio enfrentado ao produzir uma pesquisa dentro do meu próprio trabalho passou pela escolha dos recursos metodológicos. Respondo pela orientação metodológica da semiliberdade no Estado de Minas Gerais, mas precisei me despir desta marca para entrar nas casas e ouvir os adolescentes. A intenção era escutar o que cada um tinha para me contar sobre a sua própria história e ouvi-los a partir da ótica de quem não sabe o que se passa em uma unidade de semiliberdade. Ufa, outro grande desafio! Confesso que não há como separar totalmente as coisas, é preciso então pensar como as políticas públicas de atendimento à população de rua escutam os moradores. É preciso considerar que se despir da identidade

“ator de uma política pública” pode permitir a escrita de muitas biografias. As narrativas cotidianas dos adolescentes entrevistados nos mostraram como estamos frágeis ao ofertar algo que eles não demandam. Está claro nos relatos que, para os meninos e meninas pesquisados, a oferta de uma casa para o cumprimento de uma medida judicial não atende ao propósito de suprir a falta de um lar. Para estes adolescentes, a semiliberdade não é uma casa.

Arnaldo Antunes nos presenteou com a canção “A casa é sua”, que aparece nesta pesquisa para nos auxiliar a mergulhar na casa de semiliberdade (menos como trabalhadora do Estado e mais como pesquisadora). Contudo, ainda que a tentativa seja de aproximar a música da medida, na medida do possível, o que aparece é uma distância, pois a casa de Arnaldo é verdadeiramente uma casa, sem regra. Apesar de que há um ponto de intersecção com a semiliberdade: só falta ela ser um lar.

Outro ponto importante desta pesquisa foi percorrer pela história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e perceber que a institucionalização sempre foi vista como uma possível solução para vulnerabilidades como a pobreza e a trajetória de vida nas ruas. Cabe lembrar que na medida de semiliberdade os adolescentes estão acautelados. Acautelar, no dicionário de Rocha (1996), significa recomendar cautela, que por sua vez, significa precaução, cuidado. No entanto, para os adolescentes investigados, a proteção não está do mesmo lado da medida, esta vem das referências familiares que nomeiam em suas falas, do desejo de voltar para casa, cuidar da mãe, do próprio filho, enfim... Ter um lar.

A música “Um Hotel de Mil Estrellas”, traz a tristeza da continuidade de uma vida morando na rua. É presente no discurso dos adolescentes que a vida nas ruas não garante o exercício da liberdade e na revisão bibliográfica, aparece também à rua como o lugar da solidão e da dor. Na rua narrada por Lúcia, não há confiança.

Portanto, há um impacto significativo identificado nos sujeitos investigados: A rua retira de cada um a experiência de estar em um lar, por mais que a circulação e a viração proporcionem uma relação singular com o espaço, não há a garantia da liberdade. Rua significa para os adolescentes dor e desconfiança. A medida também provoca rompimentos, com a família, a casa de moradia e a experiência na rua. Todos os adolescentes investigados não, necessariamente, romperam com a trajetória de vida nas ruas ao serem admitidos na semiliberdade, contudo, a medida judicial desestabiliza a vivência na rua, pois a responsabilidade da tutela é compartilhada; semiliberdade – família. De acordo com as normas da medida, os adolescentes só podem ser liberados para frequentar a escola formal, cursos, oficinas externas e para as visitas à família. Não há o retorno à vivência na rua durante o cumprimento da medida.

Aspectos da relação dos adolescentes investigados com a referência materna se fizeram presentes na realização desta pesquisa, e constatamos que compreender tal relação possibilitou ampliar a análise, para além dos efeitos produzidos pelo espaço (rua – casa de semiliberdade). Até a finalização deste trabalho cada um seguiu uma direção: Sandra cumpriu a medida de semiliberdade; Lúcia permanece em cumprimento da medida de internação; Moisés permanece cumprindo a semiliberdade, mas sem perspectivas de retorno para a comunidade de origem, uma vez que toda a família está ameaçada na região; Luan evadiu da semiliberdade, cometeu um novo ato e recebeu a medida de internação e João evadiu da semiliberdade.

Como reflexão para as equipes que atuam na semiliberdade e demais políticas de atendimento ao público em situação de rua, seja na rua ou nas instituições, cabem destacar que cada caso nos apresenta a algo único. O público com trajetória de vida nas ruas tornar-se-á sujeito por meio da reflexão sobre sua situação real, isto significa, nas palavras de Célio Garcia (2000), a possibilidade de ter a dimensão da sua relação frente ao real. Se as intervenções não possibilitarem aos adolescentes a construção do seu próprio caminho, não terão significados em sua forma de interagir, com eles mesmos, com outros ambientes e outras pessoas. Para Garcia (2000), o acompanhamento não tem o objetivo da cura, mas de acompanhar o sujeito na produção de alternativas. Não há no acompanhamento uma programação do que vai ser o caso, mas é importante considerar o que serão as saídas e os impasses, ou seja, da localização do sofrimento e não só o ato infracional ao qual o adolescente se viu envolvido. É preciso retirar o sujeito da posição de “vítima” do sistema (GARCIA, 2000) e implicá-lo na produção do seu sofrimento, pois é desta forma que se comprometerá com intervenções em sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sônia. *Esse sujeito adolescente*. RJ: Relume-Dumará, 2009.

ARANTES, Antonio A. **A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n. 23, p. 191-203, 1994.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. São Paulo: Cultural, 1991.

BECKER, H. *Observação Social e Estudos de Caso Sociais*. In BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENTO, Hugo Leonardo Goes. Além do grupo. In: MOREIRA, Jacqueline de O.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento**. 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2015.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. ABRAPSO, Porto Alegre: 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. SP: Publifolha, 2000.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência**. RJ: Vozes, 1987.

CAMPOS, Suely. **Meninos de Rua: Uma trajetória de violências?** Pensar BH: Políticas Sociais, Belo Horizonte, n. 21, p. 39-40, jun. 2008.

CIRINO, Oscar. **Psicanálise e psiquiatria com crianças: Desenvolvimento ou estrutura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/OS-REGIMES-DE-ATENDIMENTO.doc> Acesso em 03/08/2015.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1991.

DELEUZE, Gilles e FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder**. In FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 69-78.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: Gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 2008.

DRAWIN, Carlos Roberto. As aporias da liberdade. *In*: MOREIRA, Jacqueline de O.; GUERRA, Andréa Maris Campos; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas**: conversando com a semiliberdade e a internação. 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2014.

FERRÃO, Valéria Sampaio & POLI, Maria Cristina. **Adolescência como tempo do sujeito na Psicanálise**. *Adolescência & Saúde*, RJ, v. 11, n. 2, p. 48-55, abril/ junho 2014. Disponível em <file:///C:/Users/m879855/Downloads/v11n2a07.pdf> Acesso em 20/11/2015.

FERREIRA, Tânia. **Os meninos e a rua**: Uma interpelação à Psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. **A construção do caso clínico**: Uma contribuição da Psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund*; VII, 1, 75-86, 2004. Disponível em http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume07/n1/a_construcao_do_caso_clinico_uma_contribuicao_da_psicanalise_a_psicopatologia_e_a_saude_mental.pdf Acesso em 20/12/2015

FRANGELLA, Simone Miziara. **Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua**. *Cadernos Pagu* (14), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/ UNICAMP, 2000, pp. 201-234.

FREUD, Sigmund. *Romances Familiares* [1909(1908)]. *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. 9**: Gradiva de Jensen e outros trabalhos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 216 – 222.

_____, Sigmund. *Totem e tabu* (1912–13). *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. 13**: Totem e tabu e outros trabalhos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 11-163.

_____, Sigmund. *Além do princípio de prazer* (1920). *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. 18**: Além do princípio de prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 12 - 75.

_____, Sigmund. *A dissolução do complexo de Édipo* (1924). *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol.19**: O ego e o id. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 190 - 199.

_____, Sigmund. *O mal estar na civilização* (1930). *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: v.21**: O futuro de uma ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 65 – 148.

_____, Sigmund. *Construções em análise* (1937). *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: v.23**: Moisés e o monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 273 – 287.

FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **Telhado de vidro: As intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade: Análise nacional no período de 2004-2008.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4518/1/2009_AndreaMarciaSantiagoLohmeyerFuchs.pdf Acesso em 09/08/2015.

GARCIA, Célio. **Clínica do Social.** Belo Horizonte: Projeto, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos nas ruas.** 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

GUERRA, Andréa Maris Campos. Destinos ilícitos: quando a maternidade também é incerta. *In: MOREIRA, Jacqueline de O.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento.* 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2015.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e Psicanálise: rumo a uma nova epistemologia.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

KOLLER, Silvia H; HUTZ, Claudio. **Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição.** Coletâneas da ANPEPP, 1 (12), p. 5 – 12, 1996. Disponível em

LACADÉE, Phillippe. **O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais em Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

MACHADO, Marília Novais da Mata. et al. **Psicossociologia: Análise Social e intervenção.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Infância e cidadania na América Latina.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A semiliberdade como possibilidade de apropriação da liberdade. *In: MOREIRA, Jacqueline de O.; GUERRA, Andréa Maris Campos; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa. Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando com a semiliberdade e a internação.* 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2014

_____, Jacqueline de Oliveira & ROSÁRIO, Ângela Bucciano. Enquadre, reconhecimento, desafios e aposta: posição dos profissionais frente ao adolescente nos seus primeiros dias de medida de semiliberdade. *In*: MOREIRA, Jacqueline de O.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas**: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento. 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2015.

NASIO, J-D. **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

NOGUEIRA, Maria Luísa. **Subjetividade e materialidade**: Cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, V. 21, n.1, p. 69-86, 2009.

RAMIREZ, Mário Elkin. Los desechables y la limpeza social. *In*: ____ **Órdenes de hierro**. Medellín: La Carreta Editores E. U, 2007, p. 141-156.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A passagem do adolescente**: Da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.

_____, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Sobre famílias e diferenças: apontamentos “esquizo” acerca da clínica no contexto das medidas socioeducativas. *In*: MOREIRA, Jacqueline de O.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas**: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento. 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2015.

ROSA, Miriam Debieux & VICENTIN, Maria Cristina. **Os intratáveis**: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19): 107-124, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf> Acesso em 23/06/2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: (ensaios). Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua.
 2011.

SOUZA, Marco Antônio de. Os jovens infratores e suas leis numa perspectiva histórica. *In:* GUERRA, Andréa Máris C.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; MOREIRA, Jacqueline O. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas:** conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente. 1. ed. Belo Horizonte: Campo Social, 2013.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** – Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

POLETTI, (2012). **A (DES) Qualificação da Infância:** A história do Brasil na Assistência dos Jovens. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_e_Infancia/Trabalho/07_38_21_1953-6703-1-PB.pdf Acesso em 02/09/2015.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário.** Ed. Scipione. São Paulo, 1996.

VASCONCELOS, Maria Aparecida Marques & MOURÃO, Danilo Bianco. Em busca do elo perdido: O caso Marcel. *In:* GUERRA, Andréa Máris C.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; MOREIRA, Jacqueline O. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas:** conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente. 1. ed. Belo Horizonte: Campo Social, 2013.

_____, Maria Aparecida Marques. A acolhida: A casa é sua?. *In:* MOREIRA, Jacqueline de O.; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de; ROCHA, Paula Melgaço. **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas:** conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento. 1. ed. Belo Horizonte: CRV, 2015.

VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos:** a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In:* SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.